

CAPÍTULO 3 – DEUS

Deus é a causa metafísica de tudo, de modo que a doutrina de Deus é de suma importância, tanto quanto a das Escrituras. Dessa forma, estudaremos os tópicos existência, atributos e obras divinas.

1. A EXISTÊNCIA DE DEUS

Crer que Deus existe é a base para se relacionar consciente e consistentemente com ele (Hb 11:6). Embora todo homem já possua o conhecimento de Deus de forma inata, a fé salvífica é impossível ao homem natural, pois todo mundo já nasce tolo e mau (Sl 53:2,3).¹ Nós cristãos também nascemos assim, mas começamos a nos tornar sábios e bons tão logo Deus nos resgatou por sua graça (Cl 1:21,22).

Em resposta, devemos pregar o evangelho e defender a fé a todos quantos negam a Deus (1 Pe 3:15).² Devemos fazê-lo dando ênfase no argumento bíblico, que inclui os argumentos dogmático e transcendental.³ Pois argumentos empíricos são sempre inválidos e insuficientes, então só podemos usá-los como *ad hominem*.⁴ Eis quatro argumentos empíricos em favor da existência de Deus.^{5,6}

O argumento ONTOLÓGICO ensina que Deus é absolutamente necessário (Anselmo, 1033-1109). Argumenta-se que é impossível ao ser-além-do-qual-nada-maior-pode-ser-concebido não possuir a propriedade do existir, sendo este inclusive um pressuposto básico da perfeição.⁷ O argumento também pressupõe que todo mundo concebe em sua mente, de forma inata, um ser tão glorioso como esse, apelando à consciência alheia.⁸ Logo, ao definir o Deus cristão assim, o argumento conclui que Deus existe por necessidade lógica.

Já o argumento COSMOLÓGICO ensina que Deus é o criador (Aquino, 1224-1274). Argumenta-se que o universo não poderia ter surgido do nada nem por si mesmo, sendo necessário um primeiro motor imóvel ou uma causa primeira não-causada para tanto.^{9,10} O argumento também ensina que é auto-refutável negar a existência

do universo ou a autoconsciência, uma vez que, em primeiro lugar, ambos precisam existir. Portanto, ao definir o Deus cristão como essa causa inevitável da existência do universo, tem-se que Deus existe.

O argumento TELEOLÓGICO ou do DESIGN ensina que Deus é o projetista (Paley, 1743-1805). Argumenta-se que o mundo exhibe características de um criador sábio e inteligente pela sua estrutura elaborada e ordem complexa, inclusive com fatores minuciosamente projetados para permitir a existência da vida.¹¹ O argumento tenta mostrar o seu ponto com o exemplo de um relógio, algo muito menos complexo que ninguém duvida haver um criador.¹² Assim, ao definir o Deus bíblico como esse criador inteligente, deduz-se que ele existe.

Por fim, o argumento MORAL ensina que Deus é a autoridade racional doadora da lei moral (Kant, 1724-1804).¹³ Argumenta-se que a moral é objetiva por definição, dependendo de um ser externo que seja autoritário e racional para legislar e julgar.¹⁴ O argumento também pressupõe que a moral é universal, isto é, que todo mundo tem consciência de que, sem este ser supremo em poder e justiça, não haveria como reivindicar obediência, nem mesmo quando o seu próprio padrão moral for ofendido.¹⁵ Logo, ao definir a moral como objetiva e o Deus cristão como autoritário, tem-se que ele existe.¹⁶

2. OS ATRIBUTOS DE DEUS

Os atributos de Deus fazem parte da definição de quem Deus é. Eis vinte e dois atributos que, somados, definem o Deus cristão.¹⁷

Primeiro, Deus é COGNOSCÍVEL, e nós podemos conhecê-lo de verdade. De verdade, digo, em termos qualitativos, de modo que podemos pensar exatamente o que Deus pensa.¹⁸ E isso por causa das revelações geral e especial de Deus.^{19,20} Não quantitativamente, como se pudéssemos pensar tudo o que Deus pensa. E isso pois Deus é infinito e nós, não.²¹ Antes, só pensamos igual a Deus na medida em que pensamos o que a revelação diz explícita e implicitamente.²²

Segundo, Deus ainda é INCOMPREENSÍVEL, mas apenas no sentido de que o nosso saber sobre ele nunca é exaustivo (Rm 11:33; Sl 145:3). E isso por causa da nossa diferença ontológica, sendo Deus infinito e nós, finitos. Quero dizer, não significa que não podemos entender ou aprender nada sobre ele, e sim que só podemos fazê-lo dentro dos limites da sua revelação. Dessa forma, o fato de Deus ser incompreensível não impõe nenhuma limitação real sobre nós.^{23,24}

Terceiro, Deus também é NECESSÁRIO, significando que ele existe por necessidade lógica em todos os mundos possíveis, sendo contraditória qualquer cosmovisão que negue isso.²⁵ Provamos isso mediante o argumento bíblico, que inclui os argumentos dogmático e transcendental.²⁶ Ou seja, como justificar os universais à parte da Escritura?²⁷ Pela indução falaciosa e sensação não-confiável? Assim, “Deus não existe” é contraditório em qualquer mundo possível.²⁸

Quarto, Deus também é AUTOEXISTENTE, dado que possui o atributo da ASSEIDADE, que significa existir apenas por sua própria natureza. Ou seja, Deus é INDEPENDENTE de qualquer outra coisa fora de si mesmo, existindo sozinho na eternidade e sendo quem criou e agora sustenta todas as coisas (Ex 3:14; Jo 5:26; At 17:25, 28).

Quinto, Deus também é ETERNO, ou ATEMPORAL, não tendo início nem fim e sendo independente do tempo, que aliás foi criado por ele (Gn 21: 33; Sl 41:13, 93:2; 2 Pe 3:8).²⁹ Ou seja, Deus sempre existiu e sempre existirá, de modo que também é IMORTAL.³⁰ Outra implicação da eternidade de Deus é que todo o seu conhecimento está simultaneamente presente em sua mente como uma espécie de intuição eterna.³¹ Quer dizer, Deus não raciocina por uma sucessão cronológica de ideias que vai de premissas a conclusões.^{32,33,34,35}

Sexto, Deus também é IMUTÁVEL, continuando exatamente o mesmo durante toda a eternidade. Isso se aplica, pelo menos, de três formas. Primeiro, quanto ao seu ser e caráter (Ml 3:6; Sl 102:25-27). Depois, quanto à sua perfeição absoluta e irrestrita, de maneira que qualquer mudança em Deus seria única e exclusivamente para pior

(Tg 1:17). Por último, quanto aos seus pensamentos e decretos, que sempre serão totalmente cumpridos (Sl 33:11; Is 46:11; Nm 23:19). É por isso que a imutabilidade de Deus supõe a sua FIDELIDADE.

Sétimo, Deus também é IMPASSÍVEL, significando que ele não tem paixões, pelo menos não como homem.^{36,37} Afirmar o oposto é tão incoerente quanto dizer que Deus possui corpo ou forma física, chegando isso a negar vários de seus atributos.^{38,39} Quando a Bíblia parece dizer o oposto ela está meramente se valendo de metáforas com objetivos bem definidos (Is 62:5; Ap 19:15).⁴⁰ Quanto a nós, devemos desenvolver nossa santificação tendo Jesus como exemplo supremo, que obedeceu ao Pai independente da sua emoção.⁴¹

Oitavo, Deus também é UNO, ou SIMPLES, significando que ele existe como um todo eterno com todos os seus atributos sendo inseparáveis (1 Jo 1:5, 4:16). Ou seja, Deus é todos os seus atributos o tempo todo e com total harmonia, não sendo um ser complexo ou dividido em partes, tal qual um atributo com outros atributos.⁴² Antes, os atributos de Deus condizem entre si e com tudo o que ele é, quer, fala e faz, sem divisões. Um atributo não supera outro, nem é mais valioso do que outro, nem revela mais a Deus do que outro.⁴³

Nono, Deus também é ESPÍRITO (João 4:24), significando que ele é incorpóreo, sem corpo nem forma física alguma.⁴⁴ Isso supõe que Deus também é INVISÍVEL (Jó 9:11; 1 Tm 1:17). Assim, qualquer trecho da Bíblia que descreve a Deus como tendo corpo ou forma física possui objetivos específicos com a linguagem utilizada.^{45,46}

Décimo, Deus ainda é INFINITO, de modo que seus atributos são ilimitados em gênero e grau (Sl 119:96, 147:5).⁴⁷ Isso porque o que é infinito não é maior que o finito apenas em grau, mas também em gênero.⁴⁸ Portanto, os atributos divinos não são apenas muito superiores que os humanos, mas infinitamente superiores.⁴⁹ Isso deveria estimular um temor de Deus em nós e pôr um fim à ousadia humana, inclusive de muitos que se dizem amantes de Deus (Ec 5:2).

Décimo primeiro, Deus ainda é TRANSCENDENTE, estando fora do espaço e do tempo.⁵⁰ Isto é, Deus não se limita nem depende de nenhum deles. Antes, Deus é infinitamente superior e diferente dos seres humanos no sentido não depender do tempo e do espaço.

Décimo segundo, Deus também é IMANENTE, significando que ele está envolvido na história humana e na vida individual. Dessa maneira, sua transcendência não nega nem diminui sua imanência. Antes, Deus se relaciona e cuida da sua criação de forma providente.

Décimo terceiro, Deus também é ONIPRESENTE, significando que sua imanência é tal que ele está presente em todos os lugares ao mesmo tempo (Sl 139:7-10). Deus sabe o que se passa em cada ponto do espaço e do tempo e pode exercer total controle sobre ele.⁵¹ Não há uma única coisa que possa fugir da sua consciência e do seu poder.

Décimo quarto, Deus também é TRINO, significando que Deus é Pai, Filho e Espírito Santo (Mt 3:16,17; 2 Co 13:13). E como Deus também é uno, tem-se que Deus é um em um sentido (essência) e três em outro (pessoa), não havendo nisso nenhuma contradição nem mistura.^{52,53} Além disso, há uma distinção de papéis entre os membros da Trindade, como na redenção, na qual o Pai elege, o Filho salva e o Espírito Santo aplica a salvação aos eleitos (1 Pe 1:1,2).⁵⁴

Décimo quinto, Deus também é ONISCIENTE, denotando que ele conhece tudo ao mesmo tempo, e isso por intuição eterna, não por um raciocínio processado.⁵⁵ Digo, a cada momento Deus retém um número infinito de proposições em sua consciência imediata.⁵⁶ Portanto, Deus possui todo o conhecimento, como acerca do nosso futuro e dos nossos pensamentos e desejos (Rm 11:33; Is 40:28; Hb 4:13; Jó 37:16; Is 46:10; Pv 5:21; 1 Cr 28:9; Ap 2:23; Sl 139:1-4).⁵⁷

Décimo sexto, Deus também é SÁBIO, significando que além de conhecer tudo sobre todas as coisas, ele sempre toma as melhores decisões possíveis. Decisões possíveis, quero dizer, tanto sobre os fins quanto sobre os meios (Rm 11:22, 16:27; Jr 10:12). Além, claro,

de sempre cumprir integralmente todos os seus planos e desejos. A sabedoria divina também se manifesta nas variedades do universo, como nas cores, sabores, tamanhos e atributos das coisas criadas.⁵⁸

Décimo sétimo, Deus também é ONIPOTENTE, significando que ele tem poder infinito para criar o que quiser e para controlar sua criação (Gn 17:1; Sl 115:3; Jr 32:17, 27; Jó 9:12, 42:2; Mc 10:27; 2 Cr 20:6; Is 14:27, 43:11-13; Dn 4:35; Lc 1:37).⁵⁹ Agora, Deus não pode agir contra a sua própria vontade ou essência, pois é uno, sendo 100% coerente consigo mesmo.⁶⁰ Ademais, Deus também não pode criar algo que seja uma falácia categórica, que é nada, ininteligível e sem sentido.^{61,62} Portanto, permanece que Deus sempre pode fazer tudo, e quando Deus “não pode” alguma coisa nunca é no sentido negativo, e sim por total virtude ou impossibilidade do feito.⁶³

Décimo oitavo, Deus também é AMOR, significando que ele abençoa a sua criação e o seu povo, e isso de duas formas (Mt 6:33; 1 Jo 4:8).^{64,65} Primeiro, no sentido espiritual e eterno, que se dá em favor apenas dos eleitos (Rm 8:29,30).^{66, 67, 68, 69, 70} Segundo, no sentido material e temporal, alcançando toda a sua criação, inclusive os réprobos (Mt 5:43-48).^{71,72} Desse modo, enquanto o amor pelos eleitos é amplíssimo, o pelos réprobos é restrito (Rm 8:32).^{73,74,75}

Décimo nono, Deus também é JUSTO, ou RETO, significando isso três coisas, pelo menos. Primeiro, que sua natureza é o padrão último pelo qual ele define todas as noções éticas.^{76,77,78} Segundo que Deus sempre age, por definição, em harmonia com sua própria natureza, fazendo apenas o que acha certo (Jr 9:24; Is 30:18; Dt 32:4; Sl 36:6).^{79,80} Terceiro e último, que Deus também julgará o mundo com justiça, sendo justo na condenação e na salvação (At 17:31).⁸¹

Vigésimo, Deus também é IRA, significando que ele possui uma disposição mental contrária a tudo quanto nega sua justiça e santidade, como os réprobos.^{82,83} Ou seja, a ira de Deus tem origem na sua natureza santa, justa e boa. Isso faz cair por terra a ideia de

que Deus é apenas amor, algo que infelizmente muitos cristãos ainda acredita. Devemos crer que Deus é tanto amor quanto ira (Rm 11:22).

Vigésimo primeiro, Deus também tem uma VONTADE, que é a sua intenção que determina todos os acontecimentos da realidade, passados, presentes e futuros (Mt 10:29).^{84,85,86} A garantia de que tais eventos de fato acontecerão é que sua vontade está intimamente ligada ao seu poder, causando metafisicamente todas as coisas (Is 46:10).^{87,88,89} Daí dizer que Deus é SOBERANO, um governante ou tirano absoluto que de fato controla todas as coisas, sem exceção.⁹⁰

Vigésimo segundo e último, Deus também é SANTO, que faz referência a outros dois atributos seus (Is 57:15).⁹¹ Primeiro à sua justiça, sendo Deus perfeito moralmente, ou justo e reto. Segundo à sua transcendência metafísica, sendo Deus separado e afastado da criação. Definir a santidade divina assim resulta em, pelo menos, três coisas. Primeiro que não há nada como Deus, que é intrinsecamente merecedor de toda a adoração (1 Sm 2:2; Is 40:25). Segundo que devemos temê-lo, sendo um pecado gravíssimo negar-lhe a devida reverência (Sl 99:5,9; Ap 15:4). Terceiro que devemos ser santos como ele é, uma lei do AT e NT (Lv 20:26; 1 Pe 1:15,16).^{92,93,94,95}

3. AS OBRAS DE DEUS

Deus é transcendente, mas também imanente, sendo quem criou e agora sustenta o mundo e a humanidade (Gn 2:1; Cl 1:17).⁹⁶ Ademais, visto que só Deus é eterno, tem-se que, na CRIAÇÃO, Deus criou todas as coisas *ex nihilo*, ou do nada, não havendo material pré-existente para que Deus pudesse utilizá-lo.⁹⁷ Ainda, como só Deus é onipotente e soberano, temos que, na PROVIDÊNCIA, Deus sustenta todas as coisas por causação real e direta e conforme seu decreto (Hb 1:3; Mt 10:29).⁹⁸ A providência divina se subdivide em duas, a saber, GERAL e ESPECIAL, englobando, assim, cada evento da realidade.⁹⁹

¹ Essa impossibilidade é evidenciada pelo fato de muitos negarem que Deus existe (o que é um conhecimento inato inclusive), que precisam aprender dele, que as sensações e os textos não-cristãos não são confiáveis, que a indução é falaciosa, que a ciência é irracional etc. (Sl 14:1, 53:4, 111:10; 2 Co 4:4). Cristãos que negam essas verdades imitam os não-cristãos, e discordar disso é chamar Deus de mentiroso. No capítulo 6 veremos a respeito da fé verdadeira, isto é, da fé salvífica, que significa a fé que salva.

² Ou seja, em vez de sermos arrogantes, devemos ser bons, inteligentes e corajosos a fim de evangelizarmos, discipularmos e praticarmos a apologética (Pv 9:10; At 26:18; Ef 2:12; Cl 1:21,22).

Além disso, como dissemos no tópico da possibilidade da teologia, a apologética geralmente está contida no evangelismo, mas não necessariamente, podendo ser utilizada meramente como defesa da fé — o seu propósito é simplesmente confundir e destruir todas as crenças não cristãs (Jd 1:3; 2 Co 10:4,5). Por outro lado, o evangelismo visa salvar pessoas, estando às vezes contido no discipulado, que significa levar os crentes à maturidade, mas não necessariamente. Ou seja, são assuntos e propósitos independentes.

³ Recapitulando o que falamos no último parágrafo da possibilidade da teologia.

O argumento dogmático é positivo e construtivo, consistindo em selecionar a Escritura como axioma autojustificador e, a partir dela, raciocinar por dedução. Este argumento é a única forma de construir posições de forma positiva, sendo responsável por provar, ao mesmo tempo, todas as proposições bíblicas, incluindo que Deus existe. Então, por este argumento, Deus existe meramente porque isso é o que a Bíblia diz, e a Bíblia é o axioma autojustificador.

Por outro lado, o argumento transcendental/pressuposicional é negativo e indicativo, consistindo em pressupor o dogmatismo bíblico e, mediante o raciocínio abduativo, mostrar que a Bíblia é necessária para que haja inteligibilidade de qualquer afirmação, ainda que falsa. Ou seja, o argumento se propõe a demonstrar que até mesmo as cosmovisões não cristãs invariavelmente pressupõem a Bíblia em suas suposições, como sobre a mortalidade humana, a uniformidade da natureza e os conceitos de tempo e espaço.

⁴ Também já falamos isso no tópico possibilidade da teologia.

Argumentos empíricos são sempre inválidos e insuficientes, jamais conseguindo provar nada de maneira positiva e construtiva, apesar de seus adeptos ensinarem o contrário. E não conseguem porque dependem da confiabilidade das sensações e da indução, princípios que não se autojustificam nas pré-condições lógicas necessárias ao axioma verdadeiro (abrangência, validade e relevância). Assim, tais argumentos podem ser utilizados, na melhor das hipóteses, como argumentos ad hominem, isto é, de maneira negativa e destrutiva.

Argumentos ad hominem consistem em utilizar princípios do oponente para provar que determinada posição é superior mesmo em terreno alheio. Ou seja, referem-se a provar que o oponente pensa de maneira tola e contraditória, mas jamais em construir algo positivamente. Quando utilizados em favor do cristianismo, o que é recomendado ao apologeta a depender do caso, o objetivo almejado deve ser destruir a cosmovisão do oponente, provando que a cosmovisão cristã é superior mesmo em terreno alheio.

⁵ Há diversos tipos de argumentos empíricos, todos tentando (sem sucesso) construir provas positivas. Por exemplo, argumentam em favor da existência de Deus, não necessariamente do Deus cristão. Tanto é assim que são genericamente chamados de argumentos “clássicos”, “tradicionais” ou “teístas”, nos quais vários autores

argumentam de forma diferente, modificando e (supostamente) aperfeiçoando o argumento com o tempo. Assim, a explicação do que significa cada argumento a seguir não necessariamente foi desenvolvida pelo seu precursor, sendo um apanhado dos “melhores” argumentos que se aplicam, de alguma maneira, ao Deus cristão.

⁶ Na ordem, os quatro argumentos aqui tentam (novamente, sem sucesso) provar positivamente que Deus existe por necessidade lógica (ontológico), e que Deus existe como criador (cosmológico), como projetista (teleológico) e como legislador (moral). Como já dissemos, podemos utilizar tais argumentos, mas não para tentar construir algo positivamente, e sim apenas como *ad hominem*.

Isto é, para mostrar que não faz sentido nenhum supor que Deus não existe, do contrário tudo seria logicamente absurdo. Inclusive, as conclusões que mostram a incoerência dos não-cristãos decorrem dos próprios princípios por eles utilizados, como a confiabilidade das sensações e a indução. E estabelecido o absurdo lógico de supor que Deus não existe, o argumento concluiria dizendo que faz mais sentido Deus existir e ser o que a Bíblia diz ser do que o oposto.

⁷ Em outras palavras, o argumento estabelece como pressuposto básico que a perfeição existe e que Deus é perfeito por conta dos seus atributos todos em grau máximo, devendo existir por necessidade lógica. Digo, ao concebermos na mente um ser que é perfeito em todos os seus atributos, como majestade, poder e glória, é necessário que ele também exista na realidade.

Do contrário, o ser concebido não seria perfeito, não sendo o ser-além-do-qual-nada-maior-pode-ser-concebido. Apenas em concebendo um ser inferior a este que a sua existência não seria necessária. É por isso que “Zeus” é um mito, tendo diversas limitações, não uma realidade (física nem espiritual).

⁸ Um exemplo disso seria a busca pelo amor ou bondade no mundo. Seria como aquela ideia de que “vai dar certo”, implicando que todo mundo pressupõe que a perfeição existe e deve ser buscada, e que isso também deve se aplicar a Deus por coerência.

⁹ Isso porque tudo o que existe tem uma causa externa, sendo impossível que o nada crie algo ou que haja uma espécie de autocriação. Também é impossível uma regressão infinita de causas, dado que é impossível viajar através de um infinito real e, ao final, chegar ao presente, que seria o fim desse suposto infinito real.

¹⁰ William Lane Craig, nascido em 1949, posteriormente desenvolveu o argumento reforçando a impossibilidade de o próprio universo ser esta causa primária não-causada, pois a causa também precisaria ser eterna e o universo não poderia ser eterno pelas constantes modificações ocorridas. Por outro lado, para os cientistas o “Big Bang” seria essa causa.

¹¹ Ou seja, se houvesse uma ligeira variação em qualquer um desses fatores, como na temperatura ou na unidade, a vida como nós conhecemos hoje seria impossível (Sl 104:24).

¹² Pensar que o mundo é resultado de uma sequência de coincidências seria equivalente a supor que se jogarmos para cima um quebra-cabeças desmontado ele já cairia montado no chão.

¹³ Kant não pretendia que o seu argumento servisse como prova no sentido clássico, pois defendia a ideia de Deus como um princípio heurístico na ética. Nesse sentido, entendia que uma proposição teórica sobre ética não era como tal demonstrável, e sim um corolário inseparável de uma lei prática a priori incondicionalmente válida. Isso se aproxima do dogmatismo bíblico, que já vimos anteriormente no tópico possibilidade da teologia.

Contudo, normalmente o argumento moral é utilizado de forma clássica, sem se preocupar em suprir as precondições do raciocínio lógico tal qual sempre ocorre no argumento bíblico. Assim, ficou convencionalizado que o argumento moral é um argumento clássico. Por exemplo, C. S. Lewis (1898 – 1963) depois desenvolveu o argumento de Kant no sentido clássico, argumentando a partir da experiência.

Por fim, vale lembrar do que dissemos na nota #58 sobre ser sempre preferível reduzir a posição oposta ao absurdo lógico, em vez do absurdo cultural, para evitar que o tiro saia pela culatra.

¹⁴ Em outras palavras, é necessário poder e justiça supremos para definir o bem e o mal e para recompensar o bem e punir o mal. Se não houver autoridade em quem legisla e julga, qual razão para obedecer a alguma lei? Não haveria.

¹⁵ Ou seja, todo mundo sabe que precisa de um ser poderoso e justo para a existência da moral, bem como da incoerência em tentar negar isso. Por exemplo, se não há onisciência nem onipotência, como garantir que o erro seria descoberto e que haveria poder para puni-lo? Se não há moralidade objetiva, por que então tentar impor e se ofender com a moralidade alheia, especialmente se o seu próprio padrão moral for ofendido?

¹⁶ O fato é que a moralidade absoluta é necessária, desembocando em ceticismo autocontraditório qualquer cosmovisão que afirme diferente disso. Quer dizer, a moralidade absoluta deve ser afirmada até mesmo por quem pretende negá-la. Isso porque dizer que a moralidade é relativa já pressupõe a moralidade absoluta. De outra forma, é contraditório dizer que “é absolutamente certo que o certo e o errado são relativos”. E como somente a cosmovisão cristã se autojustifica, a moralidade absoluta só é justificada no cristianismo.

Além disso, o dogmatismo cristão ensina que a moral é necessária (somos seres morais) e necessariamente absoluta e objetiva. Esses são termos ou formas diferentes de se referir à mesma coisa.

Quero dizer, “absoluta” enfatiza que Deus é o padrão único e definitivo da moral, que não é relativa ao árbitro dos homens. Aqui a ênfase do termo é relacionar algo ou alguém a um padrão moral externo e diferente do próprio homem para avaliar se é ou não responsável (aprovado ou reprovado). Apenas Deus é absoluto e medido em relação a si mesmo, e o absoluto e o relativo são um em Deus. Tudo o mais só faz sentido quando comparado com Deus.

Por outro lado, a expressão “objetiva” significa que a moral deve ser verdadeira na realidade, não dependendo da subjetividade humana. Ou seja, Deus é o governante e a causa de todas as coisas, sendo quem diz o que é real e o que não é (conhecimento ou opinião). Deus é a verdade objetiva, e o objetivo e o subjetivo são um em Deus.

Portanto, se a ética existe (o cristianismo defende que sim, conforme o argumento bíblico), ela deve existir de forma objetiva e absoluta.

¹⁷ As outras cosmovisões furtam diversos atributos do Deus cristão para atribuir aos seus próprios deuses. Além disso, sobre a categorização dos atributos divinos, temos o seguinte. O primeiro e segundo versam sobre a possibilidade e forma da revelação de Deus. Do terceiro ao décimo quarto, sobre os atributos relativos à sua existência metafísica. E do décimo quinto ao vigésimo segundo, dos atributos metafísicos acerca do seu intelecto, caráter e poder.

¹⁸ Significa dizer que o conhecimento de Deus é verdadeiro e real na mente humana. Ou seja, é unívoco, um só para Deus e para o homem, não sendo algo meramente análogo ou parecido, como alguns dizem por aí. Aliás, é necessário que assim o seja, do contrário estaríamos afirmando saber sobre Deus o que não podemos saber sobre Deus.

Ademais, também dizem que a linguagem humana é insuficiente ou imprecisa para nos referirmos a Deus, como se fosse meramente uma “acomodação” de Deus ao homem. Contudo, isso também é uma contradição, dado que já utiliza a linguagem humana para falar contra a linguagem humana, tentando desqualificá-la.

¹⁹ Ou seja, como falamos no tópico possibilidade da teologia, há um ponto de contato ou de coincidência real entre Deus e o homem. No caso da revelação geral, porque Deus nos fez à sua própria imagem (interna), lembrando-nos disso posteriormente pelo universo criado (externa). Ou seja, não importa a diferença ontológica entre nós.

No caso da revelação especial, pois Deus se comunicou conosco mediante a linguagem humana nas palavras inspiradas das Escrituras, demonstrando que a linguagem humana, de fato, é suficiente para a comunicação entre Deus e nós. Assim, há uma coincidência qualitativa entre os conhecimentos humano e o divino à medida que pensamos conforme as revelações geral e especial.

²⁰ Há uma vertente teológica que afirma que a Bíblia contém diversos mistérios ou paradoxos, que são “verdades que não fecham na mente”. Contudo, significaria dizer que a Bíblia contém contradições reais, dado que contradições aparentes já são reais o suficiente para que sejam resolvidas e deixem de ser contradições. Já falamos sobre isso na unidade da Escritura. Ademais, não há como impor que o que é aparente para uma pessoa também o é para outra, sendo isso uma grande desculpa para não crer no que a Bíblia realmente ensina. Por exemplo, como não querem admitir que a soberania de Deus anula a liberdade humana, afirmam que o assunto é um mistério. Veremos a respeito no tópico da soberania de Deus.

Além disso, essa linha teológica “paradoxal” não apenas implica em ceticismo autocontraditório e se autodestrói, sendo irracional pelos motivos já apresentados, mas também é irreverente. Isso porque o

próprio Deus que se revelou ao homem garante que sua revelação é necessária e suficiente (geral e especial), não podendo nenhuma doutrina negar isso. Ou seja, é falso que podemos conhecer a verdade de Deus apenas de forma análoga (e não como ela é), ou que a linguagem humana não é suficiente. Van Til é o maior representante dessa corrente antibíblica e irracional. Por outro lado, Gordon Clark defende a univocidade do conhecimento de Deus, exemplificando de forma bastante didática e simples que a proposição “Davi foi rei de Israel” significa o mesmo tanto para Deus quanto para o homem.

²¹ De fato, deve haver uma diferença quantitativa ou de grau entre o conhecimento de Deus e do homem, como nas relações e implicações de cada verdade. No entanto, isso é diferente de dizer que não há coincidência qualitativa. Portanto, Deus de fato é cognoscível, sua revelação de fato é unívoca, a linguagem humana de fato é suficiente e nosso conhecimento sobre Deus nunca é exaustivo. Veremos mais detalhes no próximo atributo da incompreensibilidade de Deus.

²² A Bíblia é o máximo que podemos conhecer sobre Deus nesta vida (quanto ao aspecto público), embora vivamos muito pouco para conseguir até mesmo isso. E continuaremos aprendendo sobre Deus durante toda a eternidade.

²³ Ou seja, a diferença ontológica entre Deus (infinito) e o homem (finito) não impõe nenhuma limitação real sobre nós. Para fazer um paralelo, qual seria o problema em lermos de uma biblioteca com um número infinito de livros? Nenhum. Simplesmente aprenderíamos apenas aquilo a que tivéssemos acesso — porém continuaríamos entendendo e aprendendo de fato. Portanto, muito menos problema haveria no caso de lermos a Bíblia, que sequer possui uma quantidade infinita de livros, mas apenas 66.

Além disso, mesmo se considerarmos que os 66 livros da Bíblia são inexauríveis nesta vida (o que, em princípio, não acredito),

retornaríamos ao caso de uma biblioteca com uma quantidade infinita de livros. Ou seja, mesmo assim não haveria nenhum problema, pois não haveria nenhuma diferença prática entre ambas as situações, apenas ontológica (biblioteca infinita vs. Bíblia com conteúdo limitado, mas inexaurível nesta). Assim, continuaríamos entendendo e aprendendo sem problema algum, ficando aberto apenas o quanto conseguiríamos fazê-lo deste lado da eternidade.

²⁴ Assim, permanece a máxima que dissemos no atributo anterior: teólogos não têm o direito de chamar de “mistério” ou “paradoxo” nenhuma doutrina bíblica, que é clara o suficiente para que deva ser crida e obedecida. Antes, devemos rejeitar, destruir e censurar toda descrença, rebeldia e falsa piedade, pois a incompreensibilidade divina não dá margem para nada disso.

²⁵ Mundos possíveis, quero dizer, aqueles em que não há nenhuma contradição. Assim, o Deus cristão deve ser afirmado até mesmo pelas cosmovisões que tentam negá-lo, sendo o pressuposto básico de inteligibilidade em qualquer mundo possível. Evidentemente, Deus também existe por necessidade factual no nosso mundo, que é o único real dentre todos os possíveis, pois foi assim que Deus decretou. Mas não que apenas isso seja verdadeiro, como se Deus não existisse por necessidade lógica em todos os mundos possíveis. Antes, Deus existe em qualquer mundo possível, inclusive nos mundos imaginários.

²⁶ Tais argumentos foram detalhadamente descritos no tópico possibilidade da teologia.

²⁷ Conforme já dito no tópico possibilidade da teologia, o conhecimento humano necessariamente pressupõe universais, como a lógica e categorias de identidade das coisas, bem como as doutrinas sobre a mortalidade humana e a providência ordinária. E apenas a Bíblia justifica tais universais.

²⁸ Agora, só me refiro ao Deus bíblico, não a um deus geral. Por sinal, em última análise toda cosmovisão também defende um deus específico, já que o deus delas se contradizem.

²⁹ O tempo é o espaço ou a duração entre os acontecimentos ou eventos da realidade, sendo o que permite o sequenciamento das coisas em presente, passado e futuro. Assim, a ação do tempo, que faz com que as coisas sofram alterações e se deteriore, não se aplica a Deus em nenhum dos seus atributos.

Outro ponto a se destacar é que eternidade se difere de antiguidade. Ao passo que antiguidade se refere a um tempo muito longínquo, eternidade se refere a falta de início e de fim. A relevância desta diferenciação é que embora Deus seja eterno em todos os seus atributos, a manifestação de alguns desses atributos ao homem é apenas antiga, como a sua soberania manifesta na criação.

³⁰ A eternidade e o tempo caminham em paralelo. Assim, o fato de Deus ser eterno não impede que ele interaja no tempo, que é fator limitador apenas para as suas criaturas. Ademais, a alma humana é imortal no sentido de que, após a morte, quando ela se separa do corpo, continuará existindo: os eleitos no céu e os réprobos no inferno. Agora, embora tanto Deus quanto o homem sejam imortais, apenas Deus é eterno, pois o homem teve um início e está sujeito ao espaço e ao tempo. Assim, o homem é temporal, não temporário.

³¹ Veremos isso em maiores detalhes quando estudarmos o atributo da onisciência de Deus.

³² Em outras palavras, Deus pensa tudo ao mesmo tempo e o tempo todo. Ou seja, todas as proposições possíveis (que não contenham nenhuma contradição) estão simultaneamente presentes em sua mente, sejam premissas ou conclusões. Então, embora o pensamento

de Deus respeite a ordem lógica entre premissas e conclusões, isso ocorre por intuição eterna e não por um processo cronológico.

Agora, quando traduzidos em linguagem humana, os pensamentos de Deus obedecem normalmente ao processo cronológico de raciocinar de premissas a conclusões. Essa é a razão pela qual Deus pôde traduzir, acuradamente, os seus pensamentos em linguagem humana, tanto nas Escrituras quanto pelo próprio Cristo.

³³ Conforme dito anteriormente, a relação lógica entre premissas e conclusões se aplica a Deus. Isso porque Deus é racional, pensando de forma lógica desde toda a eternidade. Ou seja, a lógica não é algo criado, temporal, arbitrário, externo, contingente, abaixo nem acima de Deus. Em vez disso, refere-se ao próprio modo de pensar de Deus.

O mesmo raciocínio se aplica ao poder, que também não foi criado. Na verdade, o poder se aplica a Deus porque Deus é onipotente, não sendo, de modo nenhum, algo depreciativo para Deus. Quando o poder se aplica no tempo, ocorre o mesmo em relação à lógica: algo que é eterno em Deus sendo manifesto no tempo nas criaturas.

Resumindo, uma coisa é Deus não pensar por um raciocínio que vai de premissas a conclusões, o que de fato não acontece porque Deus é onisciente e pensa tudo ao mesmo tempo por uma espécie de pensamento ou intuição eterna. Outra coisa é a relação lógica entre premissas e conclusões não valer para Deus, uma negativa falsa porque Deus é racional e a lógica é a forma como ele pensa.

³⁴ Somos a imagem e semelhança de Deus, seres racionais e com conhecimento divino em nossas mentes (Gn 1:26). Ou seja, tal qual Deus, também pensamos de forma lógica, utilizando a lógica divina para pensar. Da mesma forma, a relação lógica entre premissas e conclusões também vale para o homem. Portanto, não há algo como lógica humana, muito menos a lógica humana existir em oposição à

lógica divina. Antes, há apenas a lógica divina, que é eterna e necessária a qualquer pensamento, divino ou humano.

Isso faz com que o homem pense exatamente igual a Deus quando pensa de forma verdadeira e válida (Deus é racional e nós somos a sua própria imagem). Inclusive, é autorefutável dizer que a lógica humana não se aplica a Deus, dado que esta afirmação já utiliza a lógica humana para dizer algo sobre a lógica divina. Por outro lado, apenas o homem raciocina por um processo temporal que vai de premissas a conclusões (Deus é eterno e nós, temporais).

Ademais, o pecado de fato afetou o pensamento humano, que agora faz inferências inválidas, tal qual também afetou a vontade humana, que agora desobedece a lei. Contudo, o problema é o pecado, não a lógica nem a lei, que são coisas boas (embora a lei não se aplique a Deus, conforme veremos no atributo da justiça de Deus, ao contrário da lógica, que é eterna em Deus, fazendo parte da própria estrutura do pensamento de Deus). Logo, a solução tanto para a desobediência quanto para o raciocínio inválido é transformar a mente pela Bíblia, jamais atribuir conotações negativas ou restritivas à lei ou à lógica.

³⁵ João ensina que Jesus é o Logos, o princípio racional do universo. Por “princípio racional do universo” entendemos a Inteligência que determina a estrutura da criação e o poder que regula a sua operação. Em outras palavras, referimo-nos à Sabedoria que concebe o design e a natureza de todos os vários objetos na criação, e o Poder que mantém as relações entre esses objetos.

O Logos cristão é uma pessoa, a segunda pessoa da Trindade. É o próprio Cristo que encarnou, a mente divina que criou e agora ordena e sustenta o universo (Jo 1:1). Assim, João utiliza a palavra Logos remetendo à autoexpressão intelectual de uma pessoa, sendo o “eu” de Jesus ou tudo o que ele sabe. Daí porque, no contexto, Logos

pode ser traduzido como Mente, Lógica, Razão, Sabedoria ou Conhecimento.

Se o Logos é a Razão, então Cristo é a Razão personificada. E o Verbo feito em carne era a Razão encarnada. Os discípulos de Cristo são racionalistas no sentido mais elevado da palavra. Cristo é o Senhor da Razão, a encarnação da inteligência suprema, da sabedoria e da razão. É quem permite ao homem pensar, distinguir e raciocinar. É a luz da mente humana, fornecendo clareza, profundidade de pensamento e compreensão da verdade.

Quando “razão” é usada em um sentido desprovido de conteúdo, equivale simplesmente às leis da lógica. Ou seja, razão sem conteúdo remete à lógica. Quando o conteúdo é incluído, refere-se à mente de Deus, parte da qual nos foi revelada através das Escrituras. Ou seja, a razão com conteúdo refere-se à verdade. Como cristãos, podemos pensar de acordo com a lógica — a estrutura do pensamento de Deus, ou as leis da lógica. E com a lógica, podemos entender, processar e aplicar a Lógica — o conteúdo do pensamento de Deus, ou a verdade.

Embora o pecado tenha obscurecido o intelecto do homem pelo próprio decreto de Deus (efeitos noéticos do pecado), Deus o Filho preserva uma centelha de razão no ímpio por seu próprio poder e propósito. Mas Jesus pode zerar inclusive essa pequena inteligência sempre que quiser, como fez por um tempo em Nabucodonosor, retirando a sua sanidade. Nabucodonosor se tornou como um animal, foi afastado das pessoas e comeu capim como gado (Daniel 4:29-37). Agora, naqueles a quem Deus escolheu para a salvação e a quem ele faz crer em sua palavra, ele acende essa centelha de inteligência em uma chama poderosa, inundando nossas mentes com luz.

Além disso, mesmo que João tenha em mente o Logos grego, isso não faz do seu ensinamento uma adaptação ao pensamento grego, mas uma resposta a isto, sendo um mero ponto de partida. Ou seja, não

importa o que os gregos pensavam do Logos para o ensinamento de João. Da mesma forma, não importa o que os judeus pensavam por Sabedoria quando isso ocorria fora do Antigo Testamento. Ou seja, Jesus é a Sabedoria independentemente se temos algum acesso à literatura judaica ou como os judeus utilizam essa expressão. Portanto, Cristo cumpre toda a concepção do Logos grego, e até o excede, na medida em que Jesus é uma pessoa, e uma pessoa que possui natureza divina, independentemente do Logos grego, ou se temos algum contato com o pensamento grego.

³⁶ Emoção (paixão, sentimento) significa flutuações, distúrbios ou perturbações mentais. Outra definição para emoção é a reação psíquica da mente e física do corpo. A emoção pode ser limitante para quem a possui, alterando as condições mentais prévias. Ou seja, ter emoções não necessariamente é algo bom. Vai depender do autocontrole e de como será a reação a elas. Exemplos incluem raiva, medo, timidez, alegria, ciúmes e angústia. Ademais, a emoção é uma função da mente, assim como a vontade, o pensamento, a memória etc. Mais detalhes no capítulo 4, quando da natureza do homem.

³⁷ A emoção é definida como um distúrbio por ser um movimento da mente (intensidade, excitação) que não tem relação necessária com a vontade. Ou seja, quem está no controle da situação nem sempre é o intelecto, podendo ser a emoção. Isso porque as emoções possuem duas características bastante peculiares.

Primeiro, quanto à sua origem, as emoções surgem como reações imediatas a “gatilhos” tão logo são conhecidos. Ou seja, surgem pelo simples conhecimento de determinadas situações, que servem como gatilhos que as acionam de maneira automática. Não surgem com a pessoa querendo tê-las em primeiro lugar, e nem sempre são exatamente como a pessoa deseja ou decide que seja. Antes, muitas vezes surgem contra a própria preferência da pessoa, mesmo tendo um nível elevado de autocontrole. Isso torna a emoção algo volátil,

não sendo sábio utilizá-la como base para a tomada de decisão. A vontade, por outro lado, de fato pode implicar em compromisso real.

Segundo e último, quanto aos seus efeitos, as emoções podem influenciar no processo normal do pensamento racional se faltar o autocontrole (Gn 4:6,7). Ou seja, a excitação da mente emocionada pode se sobrepor ao pensamento racional e influenciar a vontade a fazer coisas definidas como pecado. Isso não necessariamente ocorre, de modo que as emoções não são negativas em si mesmas, embora de fato sejam um distúrbio pela primeira característica apresentada. Contudo, realmente podem ser pecaminosas em alguns casos, podendo também implicar em pecado se faltar o autocontrole.

Assim, devemos tomar muito cuidado com as situações a que nos expomos, já que as emoções não apenas não são causadas por uma vontade prévia, mas também facilmente podem ser pecaminosas e/ou deturpar o nosso pensamento racional. Por exemplo, o motorista que recebe uma “cortada” no trânsito imediatamente experimenta a raiva, não causada por sua própria vontade, mas pelo conhecimento do fato em si (reações imediatas à gatilhos tão logo são conhecidos). Além disso, o que se sucederá da raiva do motorista vai depender do seu nível de autocontrole — se acalmar ou não (podem influenciar o processo normal do pensamento racional se faltar o autocontrole).

Por fim, vale comparar a sequência das funções da mente em situações de estabilidade e de emoção (com e sem autocontrole):

- A. Mente estável (sem emoção): Razão > Vontade;
- B. Emoção sem autocontrole: Gatilho > Emoção > Vontade; e
- C. Emoção controlada: Gatilho > Emoção < Razão > Vontade.

³⁸ No caso de possuir um corpo ou forma física, detalharemos quando falarmos que Deus é espírito, o atributo que seria negado de

forma mais direta. No caso de possuir emoções, negaria principalmente a eternidade, a justiça e a soberania de Deus.

Eternidade porque Deus deveria ter experimentado emoções apenas na eternidade, que foi quando conheceu o fato gerador pela primeira vez. Ou seja, qual sentido Deus se surpreender e se emocionar no tempo, se ele já teve consciência do evento causador ainda na eternidade, há muito tempo antes? No entanto, a Bíblia descreve exatamente o oposto, a saber, Deus "experimentando" emoções apenas no tempo, associando-as a um evento específico. Portanto, para ter emoções como homem, Deus deveria conhecer os eventos apenas no tempo, negando, assim, a sua eternidade.

Negar a impassibilidade divina também implicaria em negar a sua justiça, pois Deus deveria se entristecer apenas com os réprobos, que não foram alcançados pela obra expiatória de Jesus. Quero dizer, qual sentido Deus se entristecer com alguém que já foi eficazmente perdoado? Sem dizer que sequer poderíamos saber quando Deus estaria feliz ou triste com as pessoas, visto não sabermos quem são os eleitos nem os réprobos. No entanto, a Bíblia descreve Deus se entristecendo no tempo até mesmo com Moisés, alguém que, sem sombra de dúvidas, foi objeto do seu amor eterno (Êx 4:14). Assim, para ter emoções como homem, Deus não poderia se entristecer com o pecado dos eleitos, negando, assim, a sua justiça.

Por fim, Deus possuir emoções como homem também negaria a sua soberania, pois Deus deveria sofrer algum nível de controle pelos esforços e manipulações humanas. Ou seja, qual sentido a vontade divina ser soberana se fosse impotente contra a vontade do homem, que seria superior a ponto de controlá-la em alguma medida? Ou seria sensato supor que quem causa emoções em alguém não exerce nenhum tipo de controle sobre ele? No entanto, a Bíblia descreve Deus triste com os pecados humanos, inclusive "se arrependendo" de ter criado os homens (Gn 6:6). Dessa forma, para ter emoções

como homem, Deus não poderia controlar tudo o que lhe causasse emoções em primeiro lugar, negando, assim, a sua soberania.

Em resumo, é inadmissível entender que Deus possui emoções como homem, pois isso negaria a sua eternidade, justiça e soberania.

³⁹ Em oposição ao mencionado na nota anterior, algumas pessoas alegam que, na verdade, dado que Deus é imenso e transcendente, as limitações inerentes às emoções não se aplicam a ele. Ou seja, Deus possuir emoções não seria contraditório com nenhum dos seus atributos. Por exemplo, afirmam que não haveria nenhum problema em Deus se irar com bilhões de pessoas (réprobos) e, ao mesmo tempo, se alegrar com outras bilhões (eleitos).

Contudo, se estamos falando de algo totalmente diferente para Deus do que para o homem, por que ainda utilizamos o termo "emoção"? Seria meramente pela influência da filosofia e psicologia modernas? Porque, em caso positivo estaríamos tratando de emoções humanas, e voltaríamos ao ponto de que Deus sequer poderia ter uma única emoção em primeiro lugar, quanto mais várias. Como explicamos, as emoções representam limitações, não virtudes.

Na realidade, Deus é tão integrado em sua mente que só faz o que quer, de modo que, se ele tem emoções (o que quer que isso signifique), só as tem por que ele mesmo quem decidiu tê-las, sendo algo bem diferente do que acontece com o homem. Se Deus está triste com alguém, certamente não é porque esse alguém exerceu determinado nível de controle sobre ele. Agora, se o que Deus tem é tão diferente do que o homem tem, por que ainda dizer que Deus tem emoções?

Portanto, o experimento mental de imaginar Deus experimentando emoções resulta em absurdo, justamente porque Deus não é homem. Assim, algum tipo de impassibilidade divina é necessário.

⁴⁰A linguagem bíblica que atribui emoções a Deus nunca foi literal de dizer o que Deus é, como se Deus fosse passível, experimentando emoções. Antes, e dado que Deus ser passível negaria vários de seus atributos, a linguagem bíblica que descreve Deus experimentando emoções possui uma finalidade meramente metafórica de ensinar didaticamente o que Deus faz, destacando as suas habilidades infinitamente superiores às humanas. O mesmo raciocínio se aplica aos textos que atribuem a Deus partes ou formas humanas, tratando meramente de metáforas, pois Deus é espírito.

De outra forma, afirmar que Deus é impassível ou espírito significa, literalmente, dizer o que ele é em seus atributos. Por outro lado, afirmar que Deus possui um corpo ou emoções significa, metaforicamente, dizer o que ele faz, não negando o que ele é (sendo, na verdade, uma consequência e aplicação do que Deus é). Então, enquanto dizer que Deus possui atributos físicos é a metáfora do antropomorfismo, dizer que Deus possui atributos espirituais humanos (emoções ou arrependimento) é a metáfora do antropopatismo.

Exemplificando o antropomorfismo, dizer que Deus age com braço forte significa que ele atua por sua onipotência, não havendo nada nem ninguém mais poderoso do que ele. Quanto ao antropopatismo, dizer que Deus se entristece com o mal significa que ele age com justiça, reprovando tudo o que ele mesmo definiu como condenável. Da mesma forma, dizer que Deus se arrepende significa que ele age com soberania mesmo diante de uma situação que ele não concorda, não admitindo que o mal permaneça como antes. Neste caso, Deus meramente executa no tempo o decreto feito por ele mesmo ainda na eternidade (Gn 6:6; Nm 23:19).

⁴¹ Então, independente da emoção experimentada, devemos amar a Deus e ao próximo, estando contentes em tudo (Fp 4:11). Aliás, tanto o amor quanto o contentamento não são emoções, mas volições.

Quanto ao amor, veremos mais detalhes em momento posterior, quando do atributo do amor de Deus. Quanto ao contentamento, essa palavra tem origem estoica e significa indiferença.

Em vez de "desenvolvermos" o nosso estado emocional, na verdade devemos subjugar as nossas emoções, controlando-as ao máximo possível pelo poder da Escritura e do Espírito Santo. Não somos santificados por nossas emoções flutuarem como as ondas do mar. Antes, devemos iniciar, controlar e parar as nossas emoções sempre quando quisermos. Jesus fez exatamente isso, andando sobre as águas tempestuosas e orando ao Pai mesmo suando sangue pela pele (Mc 4:35-41, 14:34).

A psicologia e a filosofia modernas dizem que a mente só é real com a união da vontade, intelecto e emoção, como se elas fossem partes da mente ou coisas em si mesmas. Nesse esquema, embora as partes estivessem relacionadas entre si, elas seriam independentes, não havendo uma relação necessária entre o desenvolvimento de cada uma delas. Por este ensinamento devemos desenvolver não apenas o intelecto, mas também a emoção, por exemplo.

Contudo, este ensinamento pressupõe uma divisão estranha à Bíblia, resultando em um desenvolvimento espiritual pervertido. O ensino bíblico é no sentido de que a mente é a parte imaterial do homem, sendo a vontade, o intelecto e a emoção meras funções da mente, conforme dissemos no início. O mesmo acontece com a digestão, por exemplo, que não é uma parte em si do estômago, mas uma mera função dele. Veremos mais sobre no capítulo 4, criação do homem.

⁴² Como se Deus fosse um Deus de amor com luz, ou vice-versa, em vez de ser amor e luz, igualmente.

⁴³ É por isso que a Escritura não enfatiza atributos distintos em épocas diferentes, embora de fato enfatize atributos distintos em

partes diferentes de seu texto. Exemplificando, Deus foi misericordioso para com os eleitos ainda no AT, bem como irado para com os réprobos já no NT (Sl 136:1; Hb 10:31).

⁴⁴ A espiritualidade divina é aplicável às três pessoas da Trindade. Assim, não podemos construir nenhuma imagem de Deus, seja do Pai, do Filho ou do Espírito, seja física ou mental, como na oração e na pregação (Dt 4:15,16). Caso queiramos “ver a Deus”, devemos ter em nossa consciência imediata os seus atributos e o que ele faz.

Quanto à segunda pessoa da Trindade, Jesus Cristo, ele realmente se encarnou em um corpo físico, não sendo somente espírito. Ou seja, Jesus é apenas espírito em sua natureza divina, sendo tanto espírito quanto matéria em sua natureza humana. No entanto, como não sabemos como Jesus-homem é, recomenda-se evitar imagens.

Por fim, mesmo antes de se encarnar, Jesus apareceu em forma humana, como o Anjo do Senhor, em diversas ocasiões (Gn 12:6,7; Gn 18:20-22; Gn 32:24). Isso é o que a teologia chama de TEOFANIA.

⁴⁵ Qualquer trecho da Bíblia que diz que Deus tem corpo físico contém linguagem metafórica. Significa o uso do antropomorfismo, uma metáfora que objetiva meramente enfatizar o que Deus faz por ser o que é, conforme vimos na nota #136.

⁴⁶ Atribuir a Deus qualquer parte ou forma física nega não somente a sua espiritualidade, mas também vários de seus atributos, bem como alguns trechos da Escritura. Daremos três exemplos a seguir.

Primeiro, Deus ter olhos negaria a sua onisciência, pois ele só veria onde os seus olhos estivessem olhando. Aliás, poderia até pensar ilusões, pois assim como na visão humana, a luz poderia “causar” interpretações falsas mediante pressupostos falsos. Na verdade, a Bíblia diz que Deus tem olhos meramente para ensinar que ele sabe

de tudo, não havendo nada que fuja do seu domínio (2 Cr 16:9).

Segundo, Deus ter pés contradiz a passagem que diz que ele pode andar em tendas, pois os seus pés seriam muito grandes para permitir isso (2 Sm 7:6; Is 66:1). Ou seja, também é impossível que Deus tenha pés físicos, e a linguagem bíblica que descreve Deus com pés visa apenas dizer que Deus está presente em todos os lugares.

Terceiro e último, Deus ter dedos contradiz a passagem que diz que ele expulsa demônios pelo Espírito de Deus. Isto é, na verdade, o texto que fala do Espírito de Deus explica e restringe o significado do texto que fala do dedo de Deus. Assim, dedo de Deus é uma expressão meramente figurativa para o Espírito Santo (Lc 11:20; Mt 12:28).

⁴⁷ Ilimitados em gênero significa que os atributos de Deus pertencem a categorias que não sofrem nenhuma limitação. Por outro lado, ilimitados em grau significa que os atributos de Deus existem em grau máximo.

⁴⁸ Por exemplo, uma pessoa que possua um bilhão de dólares a mais do que outra ainda opera dentro das limitações do sistema monetário, mesmo sendo riquíssima. Da mesma forma, uma pessoa que viva mil vezes mais do que outra ainda é mortal, mesmo vivendo muitíssimo. Contudo, com Deus é diferente, dado que todos os seus atributos são infinitos, incluindo suas riquezas e sua existência, que simplesmente não possuem nenhuma limitação.

⁴⁹ Ou seja, Deus não é uma mera versão melhorada de nós mesmos, como se fosse um tipo de super-homem. Antes, dado que Deus não é homem, todos os seus atributos são ilimitados em gênero e grau.

⁵⁰ Isso não remete à “localização física” de Deus, como se Deus estivesse fisicamente fora do espaço e do tempo. Isso porque Deus é espírito, não tendo corpo nem forma nenhuma, seja onde for.

⁵¹ Este é o verdadeiro sentido da onipresença de Deus, isto é, em termos de conhecimento e poder, e não uma presença física, pois Deus é espírito.

⁵² Isso porque “essência” e “pessoa” significam coisas distintas.

“Essência” refere-se aos atributos divinos, ou ainda à definição de Deus, havendo uma única unidade e igualdade essencial entre as três pessoas, todas preenchendo toda a definição da deidade (eternidade, imutabilidade, espiritualidade etc.).

Por outro lado, “pessoa” refere-se ao sistema de consciência, havendo três claramente distintos, cada um possuindo todos os atributos divinos, como a onisciência, embora com diferentes relações às proposições conhecidas.

Assim, embora todas as três pessoas sejam igualmente Deus (essência), apenas Cristo pensou, “Morrerei na Cruz” (pessoa).

⁵³ A doutrina não contém nenhuma contradição nem indica nenhuma mistura entre as três pessoas, que são iguais em um sentido e diferentes em outro. Ou seja, caso a construção frasal queira destacar uma ou mais pessoas, deve haver um artigo definido antes de cada uma das pessoas elencadas (Mt 28:19). Isso evita diversas heresias, como dizer que há três essências diferentes, uma para cada pessoa (TRITEÍSMO), ou que há uma única pessoa que se manifesta de três maneiras diferentes (MODALISMO).

⁵⁴ Essa distinção de papéis é acompanhada por uma distinção de autoridade, pois enquanto o Filho é subordinado apenas ao Pai, o Espírito é subordinado tanto ao Pai quanto ao Filho, tendo sido enviado pelos dois. Além disso, essa distinção de autoridade é somente funcional, nunca ontológica, e só existe por consenso mútuo. Todas as três pessoas são igualmente Deus, incluindo o Espírito (At

5:3,4; Mt 12:31; Gn 1:2; Sl 139:7; 1 Co 2:10-12, 3:16; Hb 9:14).

Isso nos fornece base para reconhecer a subordinação entre os seres humanos. Ou seja, embora sejamos um só em essência, sem ninguém inerente ou essencialmente superior a outra pessoa, Deus instituiu estruturas de liderança na família, na igreja e no Estado (Ef 5:23; Hb 13:17; Rm 13:5). Portanto, devemos nos submeter aos nossos líderes porque, primeiro, não há nenhum problema com a subordinação como tal, que também se aplica entre os membros da própria Trindade. E, segundo, porque já amamos e obedecemos a Deus, que nos orientou a sermos obedientes conforme a estrutura de liderança que ele mesmo estabeleceu.

⁵⁵ Conforme falamos quando da eternidade divina, apesar de Deus não raciocinar por um processo temporal ou cronológico que vai de premissas a conclusões, a relação lógica entre premissas e conclusões vale normalmente para Deus tanto quanto para nós. A diferença é que Deus pensa por intuição eterna, estando ao mesmo tempo em sua consciência imediata todas as proposições possíveis (sem nenhuma contradição), sejam premissas ou conclusões).

⁵⁶ Ilimitado de proposições, digo, a relação, a validade, a realidade, a clareza e a profundidade de todas as proposições.

⁵⁷ Isso permite que nossa mente seja piedosa, se equiparando a um verdadeiro altar de adoração, com incessantes orações e ações de graças (Sl 19:14; Pv 15:26).

⁵⁸ Isso destrói a ideia de que Deus se interessa apenas por coisas “necessárias” e que, da mesma forma, não deveríamos nos ocupar com coisas “menos importantes”, como momentos de lazer. Antes, devemos cultivar bons momentos, boas comidas e bons lugares.

⁵⁹ Deus não criou apenas objetos inanimados, mas também coisas

vivas, como o homem, a coroa da sua criação (Rm 4:17). Ademais, o fato de todo o poder ser de Deus retira qualquer poder de causação real da própria criatura, ou de fazermos algo por nós mesmos. Tanto é assim que não conseguimos “garantir” o efeito, podendo “haver exceções” e o resultado esperado não chegar a acontecer. Portanto, todo o poder das criaturas, na verdade, é aparente, sendo mero efeito do poder real de Deus, que causa metafisicamente todas as coisas.

De fato, Deus geralmente faz uma correlação entre os eventos de modo a parecer que o primeiro é causa real do segundo, como “ler” e “aprender”. No entanto, é Deus quem causa tanto um quanto outro, sendo ambos os eventos coisas independentes entre si. Portanto, só temos poder real como efeito ou manifestação do poder real de Deus, não como um poder próprio inerente a nós mesmos. É o ensino do ocasionalismo, conforme falamos no tópico da possibilidade da teologia. Para mais detalhes, consulte o atributo da vontade de Deus.

Enquanto o fato de Deus ser onipotente retira qualquer poder de causação real da própria criatura, o fato de Deus ser onisciente retira qualquer conhecimento originário em nós mesmos. Digo, possuímos conhecimento somente à medida que pensamos os pensamentos de Deus revelados na Bíblia, do contrário possuímos meramente uma opinião. Verdade é o que Deus diz que é verdade, o resto é achismo. É o escrituralismo, conforme vimos na possibilidade da teologia.

Por fim, enquanto as implicações da onipotência ocorrem dentro das categorias “real vs. aparente”, as implicações da onisciência ocorrem dentro das categorias “conhecimento vs. opinião”, sendo Deus quem causa tanto um (conhecimento) quanto outro (opinião).

⁶⁰ Por exemplo, Deus não pode morrer, mas não por haver alguma limitação ou incapacidade inerente a ele mesmo. Antes, isso significa simplesmente que Deus não morre, dado que é eterno e a morte não se aplica a ele para início de conversa. Vide atributo da eternidade

de Deus. Além disso, Deus existe por necessidade lógica em todos os mundos possíveis, conforme vimos quando da necessidade de Deus.

Da mesma forma, Deus não pode pecar, mas não por possuir alguma limitação inerente a ele mesmo. Antes, isso significa simplesmente que Deus não peca, porque o poder e a justiça são um só em Deus. Ou seja, tudo o que Deus faz se torna automaticamente bom e justo por definição. Então, o “não pode”, aqui, não decorre de nenhuma fraqueza, nem de Deus se sujeitar a padrões externos a ele mesmo.

Além disso, mentira é pecado, logo Deus também não pode mentir. De novo, não por ser inerentemente incapaz de falar a mentira como se fosse verdade. Antes, o poder e a Palavra são um só em Deus, e tudo o que Deus diz se torna instantaneamente verdadeiro por definição. Veremos mais a respeito adiante, no atributo da justiça de Deus.

⁶¹ Em outras palavras, a categoria "criar" não se aplica, de forma alguma, ao que sofre de falácia categórica. Ou seja, o “não pode”, nesse sentido, não tem relação com incapacidade ou limitação, e sim com a absoluta impossibilidade, inconcebibilidade e inaplicabilidade do proposto. É tão irracional quanto perguntar se a cor verde é rápida ou lenta, ou se uma pedra é inteligente ou estúpida. Racional seria perguntar o tamanho do gato, a velocidade do carro etc.

⁶² Não-cristãos tentam desafiar o cristianismo com pressupostos e objeções irracionais. Por exemplo, questionam se Deus pode criar uma pedra tão grande ou pesada que ele mesmo não possa carregar. Ora, é claro que não pode, pois categorias físicas não se aplicam sobre ou contra Deus, que é espírito. Assim, quando Deus cria uma rocha, ele sempre será capaz de fazer qualquer coisa que quiser com ela. Se é tão grande para o homem, é irrelevante para o ponto.

Outro exemplo seria se Deus pode criar um círculo quadrado. Ora, também é óbvio que não. Mas não por haver alguma incapacidade

inerente a Deus, e sim porque a categoria de habilidade não se aplica à contradição em primeiro lugar (que é nada, e o nada não pode ser criado). A Escritura diz que todos os não-cristãos são estúpidos e irracionais, sendo natural que essas objeções procedam deles.

⁶³ Devemos ter medo mortal de dizer que Deus não pode fazer algo no sentido de inabilidade ou fraqueza, e isso assumindo que existe alguma aplicação legítima e relevante para a incapacidade em Deus. Assim, jamais devemos fazer concessões desnecessárias, como se estivéssemos concordando com as suposições antibíblicas.

Antes, devemos utilizar os versículos bíblicos para apoiar nossa explicação, que deve ser verdadeira em primeiro lugar, não um equívoco de nossa parte. Por exemplo, evitar toda tolice e descuido, como na resposta popular, “Deus não pode realizar contradições porque é racional, e ele não age contra a sua natureza racional”. Como se um Deus irracional fosse “capaz” de realizar contradições!

⁶⁴ A questão a seguir é similar à revelação geral, a saber, de que há duas maneiras pelas quais o amor de Deus se manifesta: uma para todos os homens (geral) e outra somente para alguns (especial).

⁶⁵ Inicialmente, façamos algumas considerações.

Primeiro, o amor bíblico é uma disposição ou vontade, não uma emoção, até mesmo porque Deus é impassível. Segundo, quem define o que é benção é o próprio Deus, que criou e dotou suas criaturas para receber e gostar de determinadas coisas e condições. Como explanaremos mais tarde no atributo da justiça de Deus, é a própria vontade divina o padrão último pelo qual Deus define todas as coisas.

Terceiro, o amor de Deus não é uma versão melhorada do amor humano, como se fosse mero carinho ou cortesia. Quarto e último, a atitude benéfica do amor divino para conosco é pura liberalidade. Ou

seja, Deus não necessita amar nada nem ninguém na criação para ser completamente satisfeito, sendo autoexistente e autossuficiente em si mesmo como Trindade desde toda a eternidade (At 17:25).

⁶⁶ Este é o chamado AMOR ESPECIAL, GRAÇA ou MISERICÓRDIA. Ou seja, não concordamos com a definição de alguns de que graça é Deus fazer o que não merecemos, enquanto misericórdia é Deus não fazer o que merecemos. Se esses irmãos querem parecer bondosos ou inteligentes, preferimos utilizar a expressão no sentido bíblico, entendendo que misericórdia e graça são a mesma coisa. Além disso, o amor especial de Deus possui três características principais.

Primeiro, o propósito da misericórdia é espiritual e eterno, qual seja de salvação dos eleitos em Jesus mediante bençãos como eleição, regeneração, fé e adoção (1 Jo 4:10). Trata-se do amor paterno ou fraterno de Deus. Quando falo de salvação, refiro-me ao processo pelo qual Deus aplica aos eleitos a justiça conquistada por Jesus em sua obra expiatória na cruz, resgatando-nos do pecado que nos levaria à condenação eterna. O último capítulo desta sistemática é totalmente dedicado a estudar o processo da salvação.

Segundo, a abrangência da graça é específica, tendo Deus escolhido apenas alguns homens para serem alvos deste amor salvífico. Isso pode parecer contradizer alguns textos que utilizam a expressão “todos” no contexto do amor especial de Deus. Contudo, é mera aparência, permanecendo a máxima de que a Bíblia não contém nenhuma contradição, conforme explicitado no tópico da clareza da Escritura. Por exemplo, ninguém diria que a expressão “todos” em Mt 10:21-23 e em At 26:4 se refere a todas as pessoas do mundo.

Quando a Bíblia se refere ao amor universal de Deus, ou por todos os homens, está se referindo à universalidade étnica, havendo eleitos de todas as tribos, povos e raças. Ou seja, jamais quer dizer que Deus ama incondicionalmente todos os homens. Na verdade, significa que

nossa condição étnica de nascimento não foi considerada no ato da eleição, não havendo um favoritismo étnico por um povo ou outro (1 Jo 2:2; At 10:34,35; Ap 5:9). Sempre houve salvos gentios e judeus, tanto no AT quanto no NT, embora, no AT, os salvos eram quase que totalmente judeus (não que quase todos os judeus eram salvos).

Além da universalidade étnica, outra forma de a Bíblia se referir ao amor universal de Deus é quanto à exigência de que devemos pregar o evangelho a todos, pois não sabemos previamente quem são os eleitos para que preguemos somente a eles (Jo 3:16; 1 Tm 2:1-6; Ez 18:23, 33:11). Quer dizer, Deus de fato exige que todos os homens se arrependam (preceito), embora a possibilidade de conversão só seja real nos eleitos (decreto). Veremos mais detalhes sobre a diferença entre preceito e decreto quando do atributo da vontade de Deus.

Terceiro e último, a escolha do amor especial de Deus é soberana (incondicional, monergística). Isso porque Deus não considerou nem previu passivamente nenhuma condição relevante em nós mesmos quando decidiu nos amar, sejam elas boas ou más. Na verdade, Deus considerou apenas a sua própria vontade em Cristo nessa decisão de eleição (Ap 13:8; Rm 5:8). Agora, isso não significa que não exista condições relevantes envolvidas nas outras etapas, e sim que até mesmo essas condições são supridas ativamente pelo próprio Deus. Por exemplo, a regeneração e a fé (Cl 1:21; Mt 15:19; Fp 3:8; Ez 11:19; Jr 9:23,24, 31:33; Ef 2:10; Hb 10:16; Ef 2:4,5; Jo 6:44, 14:21, 15:15).

Assim, até mesmo quando o homem escolhe na salvação, tal decisão é ativamente causada pelo próprio Deus (conversão e santificação). A diferença é que, na conversão, a consciência de esforço não acompanha a decisão (fé salvífica), enquanto, na santificação, Deus causa a consciência de esforço junto com a decisão (fé salvífica). Daí dizer que a salvação tem uma natureza sinérgica, havendo uma espécie de “cooperação” do homem com Deus. Contudo, como é Deus quem causa ativamente todas as coisas, não há que se falar em

sinergismo real, e a glória da salvação é toda de Deus. Ou seja, mesmo quando Deus retribui alguém ele o faz com base no que ele mesmo deu em primeiro lugar. Novamente, mais detalhes no último capítulo.

⁶⁷ A ira, ou o ódio de Deus, é o atributo oposto ao seu amor. Ou seja, também é uma decisão, não volição. Será o próximo atributo a ser estudado (Am 5:21; Sl 5:5, 31:6; Pv 16:5; Is 61:8; Jr 12:8; Rm 2:11,12; Cl 3:25). Por enquanto, vale ressaltar que a ira também possui as mesmas três características do amor, divergindo apenas na aplicação.

Portanto, o propósito da ira também é espiritual e eterno, porém de maldição e condenação (e não de bênção e salvação). Segundo, a abrangência também é específica, recaindo apenas sobre alguns homens, que são os réprobos (em oposição aos eleitos). E terceiro e último, a forma de escolha também é soberana, não tendo nenhuma condição prévia nos réprobos para que Deus a considerasse na sua escolha. Em vez disso, Deus quis porque quis, e no tempo ativamente endureceu o coração dos ímpios (enquanto na eleição, nos deu fé).

⁶⁸ O ódio de Deus pelos réprobos é um assunto complexo para muitas pessoas, que tentam fugir disso dizendo que Deus odeia o pecado, mas ama o pecador. Contudo, é uma dificuldade artificial, não real, pois Deus ama apenas os eleitos (ou, no sentido temporal, os pecadores eleitos), odiando, por outro lado, todos os réprobos.

Isso porque uma pessoa (A) é a soma de suas atitudes (B), crenças (C), pensamentos (D) etc. Ou seja, trata-se da própria identidade da pessoa, sendo hipocrisia pensar o contrário. Logo, podemos resumir a equação da seguinte maneira: A (pessoa) = B (ações) + C (pensamentos) + D (crenças) + etc. Ou seja, odiar B, C e D significa odiar A. Não há como fugir disso, pois os réprobos pecam sem parar, até mesmo quando fazem coisas que aparentemente são boas.

Assim, Deus de fato odeia o assassinato, o roubo e tudo quanto o

réprobo faz. Contudo, isso alude ao pecador que comete esses crimes.

⁶⁹ Em relação à ordem lógica ou de elaboração dos decretos eternos, especialmente entre o decreto da eleição/reprovação e o da queda, acompanhamos o ensino do SUPRALAPSARIANISMO. Ou seja, de que Deus primeiro decretou a eleição/reprovação e, somente depois, decretou a queda. Segue a ordem lógica resumida:

1. Deus seria glorificado (o propósito de tudo é a glória de Deus);
2. Cristo subjugaria todas as coisas e as entregaria ao Pai;
3. Cristo salvaria um povo escolhido da humanidade caída para tornar seus coerdeiros;
4. A humanidade caída seria dividida em eleitos e réprobos;
5. A humanidade cairia em pecado; e
6. Deus criaria o mundo e a humanidade.

Essa é a ordem racional, com Deus primeiro decretando os fins a serem alcançados e, em seguida, os meios necessários. Tanto é assim que, na execução, a ordem seguida é exatamente a oposta. Além disso, embora todos os pensamentos estejam presentes na mente de Deus ao mesmo tempo, a relação lógica entre premissas e conclusões vale tanto para Deus quanto para o homem (conforme vimos em detalhes quando do atributo da eternidade de Deus). Assim, até mesmo nós, seres humanos, priorizamos os fins em nossos projetos (e, execução, simplesmente seguimos a ordem inversa). Segue um exemplo.

1. Objetivo de chegar na empresa;
2. Decisão de dirigir o carro;
3. Sair de casa;
4. Vestir; e
5. Sair da cama.

Assim, do ponto de vista da história, os eleitos nascem pecadores e apenas “merecem” ser odiados por Deus, enquanto os réprobos

nascem pecadores e são odiados de fato (Rm 9:13-18, Sl 45:7).

⁷⁰ Por outro lado, a corrente do INFRALAPSARIANISMO ensina que Deus primeiro decretou a queda e, só depois, a eleição/reprovação. O objetivo da inversão é tentar impedir que Deus seja considerado o autor do pecado, aplicando o decreto da reprovação a pecadores reais, depois que a queda da humanidade já havia sido decretada. Ou seja, defende que seria mal para Deus reprovar pessoas específicas que não eram pecadoras anteriormente, decretando a queda apenas para cumprir o decreto prévio da reprovação. Contudo, há, pelo menos, três problemas insolúveis sob o infralapsarianismo.

Primeiro, não há nenhum problema em Deus ser o autor do pecado, conforme veremos quando discutirmos sobre a vontade de Deus. Na verdade, isso é um resultado necessário da onipotência e soberania divinas, não significando que Deus seja mau. Assim, negar que Deus seja o autor do pecado é, na verdade, afirmar que Deus não é Deus.

Segundo, o infralapsarianismo confunde ordem lógica com ordem histórica, deixando cada decreto sem um propósito específico até o próximo decreto. Isso insulta a inteligência de Deus, que seria inferior ao próprio homem. Ora, qualquer homem minimamente racional primeiro define os fins para, em seguida, definir os meios.

Terceiro e último, decretar a eleição de pecadores reais equivaleria a dizer que Deus amou a quem antes odiou, negando, assim, a sua própria natureza. Isso porque decretar a queda sem um propósito prévio definido obrigaria Deus a odiar todo o mundo para sempre, dado que Deus é justo e não pode tolerar o mal. Portanto, sob o infralapsarianismo, ninguém poderia ser salvo, pois se Deus odiou alguém “do nada”, não poderia amá-lo posteriormente na eleição.

⁷¹ Este amor é conhecido por BENEVOLÊNCIA GERAL ou BONDADE PROVIDENTE. Seu (único) propósito é o de preservação da vida da

criação mediante coisas boas como o ar, a luz, a chuva e certos tipos de conhecimento (p.ex., ciência, tecnologia e justiça). Ou seja, é o “amor” também despendido a plantas e animais, estando contido na providência ordinária, que veremos no último tópico deste capítulo.

⁷² A bondade providente de Deus, quando aplicada aos eleitos, caminha em conjunto com a graça, cujo propósito é a salvação. Ou seja, visa promover um ambiente adequado para que os eleitos interajam com Deus, aprendam da sua Palavra e, ao final de tudo, testemunhem da sua ira contra os réprobos. Portanto, os eleitos são preservados pela graça para receber o evangelho.

Por outro lado, quando aplicada aos réprobos, a benevolência geral caminha em conjunto com o ódio, cujo propósito é a condenação. De outra forma, diz respeito a fornecer situações para que fique claro que o ímpio, ativamente, faz o mal em detrimento do bem. Portanto, trata-se apenas de preservá-los vivos pela ira para alcançar a medida total do pecado e aumentar a condenação deles.

Fazendo uma analogia, os réprobos são como garrafas que um pai limpa, seca e guarda em um local protegido das intempéries externas. No tempo certo, o pai as alinhará e atirá-las em todas elas, mostrando aos seus filhos quão boa é a sua mira e quão poderoso é o seu rifle. Ou seja, o pai não tem nenhum amor ou cuidado pessoal por nenhuma das garrafas. Antes, ele apenas quer se revelar aos seus filhos, cuidando das garrafas somente de forma momentânea.

Então, para fazer um resumo, enquanto os eleitos são vasos de graça nos quais Deus revelará a beleza da sua sabedoria e glória, os réprobos são vasos de ira usados meramente para, depois, serem descartados (Rm 9:21-23). É por isso que não há algo como graça comum, muito menos que tal graça também inclua os réprobos. Na verdade, toda graça é especial por definição, tendo propósitos salvíficos e sendo aplicável apenas a nós, os eleitos de Deus.

⁷³ Como exemplo supremo de amor que é, Deus nos ordena que o amemos com todo o nosso ser (Dt 6:3-9, 11:13). Significa dizer que devemos amá-lo de forma ampla, obedecendo toda a lei moral, que é resumida nos dez mandamentos. Os dez mandamentos, por sua vez, podem ser resumidos em outros dois (Mc 12:32,33; Mt 22:40), o maior (amor a Deus, sentido estrito) e o menor (amor ao próximo).

Amar a Deus, estritamente falando, resume os quatro primeiros mandamentos, significando obedecer às leis que se relacionam com o próprio Deus (Ex 20:3-11; Mt 22:36-38; Mc 12:29,30). Por outro lado, o amor ao próximo significa fazer com o próximo aquilo que gostaríamos que eles fizessem conosco. Ou seja, significa obedecer aos mandamentos com esse conteúdo específico, que são os últimos seis, resumindo-os (Ex 20:12-17; Mt 22:39; Mc 12:31; Rm 13:9,10).

Assim, o amor resume e cumpre toda a lei moral, jamais a substitui ou anula, sendo falso o ANTINONISMO (e suas variações). Não faz sentido dizer que não há mais lei moral a ser obedecida. Ademais, amar a Deus só é possível aos eleitos, pois tudo quanto os réprobos fazem é pecar, e Deus diz que quem não guarda seus mandamentos não pode amá-lo (Jo 14:21,23,24, 15:14; 1 Jo 2:4-6, 5:3; 2 Jo 1:6).

⁷⁴ Devemos relacionar o amor ao próximo conforme as atitudes de cada um deles, e então nos posicionar conforme a orientação bíblica para aquele caso em específico.

Se a outra pessoa demonstrar ser um cristão, tanto em pensamento quanto em palavras e atos, devemos tratá-lo como um eleito em potencial. Ou seja, devemos amá-lo amplamente (sentido material e espiritual). Portanto, neste caso, podemos e devemos normalmente ter intimidade com eles, edificando-nos pela fé mútua (Rm 1:12).

Por outro lado, se o nosso próximo parecer ser um ímpio, devemos tratá-lo como réprobo em potencial, inimigo de Deus. Ou seja,

devemos amá-lo apenas em um sentido muito estreito, a saber, de mera benevolência natural, como fazemos com animais e plantas. Então, o amor do crente ao ímpio é meramente material ou de ação prática, ajudando nas necessidades cotidianas e pregação do evangelho (Rm 12:20,21; 1 Co 1:18). E Deus frutificará a semente lançada, seja para o bem ou para o mal (Jo 6:60,61,65,66).

Quanto ao sentido amplo (espiritual), devemos ser hostis a tudo sobre os ímpios, odiando-os tal o próprio Deus os odeia (2 Cr 19:2; Am 5:15; Sl 6:8, 26:4,5, 97:10, 101:3,4, 119:113,115, 139:19,21,22; Rm 12:9; Pv 8:7,13, 13:5, 29:27; Ec 3:1,8; 2 Co 6:14; Jd 1:23). Discordar disso (amor estrito e material, ódio amplo e espiritual) significa pensar como um ímpio, lançar dúvida quanto à própria conversão e merecer disciplina e admoestação eclesíásticas. Cristão não é amigo de ímpio, a menos que o “cristão” seja um ímpio.

Agora, ser hostil com o ímpio não significa fazer justiça com nossas próprias mãos. Antes, é somente de Deus o direito de vingar a sua própria honra e a nossa. Devemos nos satisfazer nessa verdade, de que Deus nos honrará e nos vingará. Não podemos esperar atitudes cristãs de ímpios, nem mesmo quando forem da nossa própria família (Lc 6:27-31; Rm 12:19; Sl 48:11, 58:10; Pv 11:10; Ap 18:20).

Na verdade, ser hostil com os ímpios no sentido bíblico significa ter consciência de como Deus vê o mal e, em seguida, não negociar nossa fé, defendendo-a intelectual e fortemente (Gn 6:5, 8:21; Sl 10:4; Is 64:6; Mt 7:17,18; 2 Co 10:3-5). Também devemos minar a agenda dos ímpios pelo evangelho e endossar punições legais pelo Estado, como defendendo a honra e a aplicação da pena capital (Rm 13:4).

Então, não podemos negar o ensino bíblico de que devemos odiar ao ímpio em um sentido amplo, e sim saber o que isso significa.

⁷⁵ Em relação às leis cerimoniais, que envolve sacrifício de animais e

rituais de purificação (p.ex. circuncisão), elas funcionavam como mero sinal externo de que a justiça de Deus requer derramamento de sangue (Hb 9:22). Ou seja, as leis cerimoniais são meras sombras que apontavam para o sacrifício de Jesus, apenas antecipando os efeitos desse sacrifício quando praticadas antes da expiação (Hb 10:10). Assim, a obediência às leis cerimoniais pelos judeus jamais purificou ninguém, apenas indicava que eles, internamente, não confiavam em suas próprias obras para a salvação (Hb 10:1-4).

Após consumado o sacrifício único e suficiente de Cristo, as leis cerimoniais se tornaram realidade e foram cumpridas de uma vez por todas. E dado que o sacerdócio de Jesus é contínuo, possuindo valor eterno e único, as coisas que as leis cerimoniais prenunciavam não foram abolidas (p.ex., perdão de pecados). Antes, os efeitos do cumprimento dessa obra já consumada ainda estão plenamente vigentes em Cristo (Hb 10:14). Daí porque, ainda hoje, pedimos perdão pelos nossos pecados, pedindo que Deus nos purifique e nos lave com o sangue de Jesus já derramado em sua obra expiatória.

Assim, o cumprimento definitivo das leis cerimoniais, por Jesus, tanto aboliu a prática dessas leis pelos homens quanto tornou os seus efeitos vigentes para todo o sempre. Ou seja, tornou-se tanto desnecessário quanto pecaminoso continuar a praticá-las a partir de então (Hb 10:12). Agora, o sacrifício de Cristo nunca abarcou os réprobos, mas apenas os eleitos, seja no Antigo ou no Novo Testamento. Falaremos mais sobre no capítulo 5 desta sistemática.

Um último ponto a se destacar é que Cristo cumpriu não apenas a lei cerimonial, mas também a moral e a civil — ou seja, toda a lei bíblica. A diferença é que ainda devemos cumprir apenas a lei moral e civil por causa dos efeitos do cumprimento por Cristo da lei cerimonial, que inclusive nos capacita em nossa santificação (Hb 10:16).

⁷⁶ Isso porque Deus é a autoridade máxima, e todas as proposições

encontram significado apenas em relação a ele. Deus é o ser supremo em majestade e glória, sendo a sua vontade a parte da sua natureza que orienta todas as suas decisões. Lógico, Deus é uno, e sua vontade jamais pode contrariar os seus demais atributos, conforme vimos na onipotência divina (que não implica em incapacidade ou limitação).

Assim, não há nenhum padrão externo ao próprio Deus ao qual ele deva se submeter. Nesse sentido, tudo é arbitrário por necessidade, não por capricho. Então, a justiça e o amor de Deus são meramente aplicações deste princípio maior (Deus é o ser supremo), com ênfase no que as palavras amor e justiça significam. Enquanto amor refere-se a coisas boas ou ruins, justiça refere-se a algo ser certo ou errado.

⁷⁷ A lei moral de Deus para o homem procede e é consistente com a natureza divina, que é imutável. Contudo, há três vertentes que concordam com este fato, porém discordam das implicações disso sobre a aplicabilidade da lei moral para com o próprio Deus.

(A) A primeira vertente entende que geralmente sim, ou seja, que normalmente a lei moral se aplica ao próprio Deus, de modo que obedecer a Deus significa imitá-lo. A exceção é quando a Escritura declara uma diferença entre as responsabilidades divina e humana, caso em que imitar a Deus equivaleria a um pecado do homem. Por exemplo, quando Adão e Eva caíram em pecado tentando ser igual ao próprio Deus. Van Til e John Frame concordam com isso.

(B) Já a segunda linha entende que não, que as leis morais nunca se aplicam a Deus, alicerçando essa negativa na diferença ontológica entre Deus e nós. Enquanto Deus é “Ex Lex”, ou acima da lei, por ser o legislador ou doador da lei, nós, por outro lado, somos meros cumpridores responsáveis. Quando Deus parece se submeter à lei que ele deu para a humanidade, em um dado momento, é, na verdade, mera conveniência, mas poderia ter agido diferente caso quisesse.

Assim, Deus poderia fazer coisas que pareceriam más para nós, como ordenar que Abraão sacrificasse a Isaque. Do mesmo modo, a lei moral ao homem poderia mudar, como de fato mudou no caso do incesto, que Deus já aceitou nos primórdios, mas a Bíblia diz que não mais. Gordon Clark e John Robbins são adeptos dessa corrente.

(C) A terceira e última vertente entende que a lei moral nem mesmo precisa se aplicar a Deus, sendo Deus melhor do que “Ex Lex”. Isso se deve ao fato de que o conteúdo das leis é definido, tendo como alvo apenas a humanidade, não o próprio Deus. Ou seja, mesmo se concedermos que Deus poderia ser “limitado” por sua própria lei, ou que ela realmente se aplicaria a ele, na verdade isso seria irrelevante, porque o conteúdo das leis não o abrange, mas apenas a humanidade.

Por exemplo, assassinato significa matar alguém sem a sanção divina, e como Deus não é esquizofrênico e sempre concorda com o que faz, essa proibição nunca se aplicaria a ele. Outro exemplo seria furtar, que jamais se aplicaria a Deus pois tudo lhe pertence. Ou seja, o certo para Deus é o que Deus acha certo para ele, e o certo para nós é o que Deus define como certo para nós. Portanto, a diferença é que nós acertamos somente quando obedecemos a lei moral, enquanto tudo o que Deus faz é bom e justo por definição, sendo Deus uno e justo.

É importante notar que a lei moral realmente se origina na natureza imutável de Deus, e que obedecer a Deus de fato significa imitá-lo em um certo sentido (fazer o que Deus define como certo). Contudo, isso não significa que a lei é imutável em si mesma, ou que Deus definir algo como bom para ele necessariamente também é bom para nós. Antes, Deus é Deus, podendo mudar a lei (não ele próprio) em um ponto ou em outro em um dado momento sempre que assim desejar.

Se acontecer alguma mudança na lei, já havia sido predestinada por Deus desde a eternidade. Além disso, ocorreria meramente porque Deus assim o quis, e exatamente na medida da sua vontade, não por

ser algo intrinsecamente necessário. Por exemplo, Deus permitiu o incesto nos primórdios, mas posteriormente definiu essa atitude como pecaminosa. Isso não contrariou em nada a sua natureza justa e imutável. Por outro lado, Deus nunca poderá aprovar a mentira, sendo esta sempre uma afronta à sua natureza verdadeira e justa. Contudo, o próprio Deus definiu que nada mudará até o fim de tudo.

Vincent Cheung é o maior expoente dessa linha, da qual eu faço parte.

⁷⁸ Isso suscita a questão se Deus pode ou não ser o autor do mal sem que isso seja mal para ele. Sim, isso não é mal para ele. Antes, é necessário que Deus seja o autor do pecado. No atributo da vontade de Deus falaremos mais detalhadamente a respeito.

⁷⁹ Deus é justo o tempo todo, sendo uno e 100% coerente consigo mesmo. Ou seja, tudo o que Deus é, quer, fala e faz é totalmente harmônico entre si, sem nenhuma incoerência. Assim, tudo o que Deus fala automaticamente se torna verdadeiro, e tudo o que Deus quer para si e para os eleitos automaticamente se torna justo e bom.

⁸⁰ Em relação a nós, seres humanos, o que Deus definiu como bem e mal está contido na Bíblia. Assim, devemos estudá-la para termos condições de obedecê-lo, e não meramente confiar nas sensações ou na aparência. Somos justos apenas quando fazemos o que Deus acha que é certo que façamos, e pecamos quando fazemos o que Deus acha que é errado que façamos (Sl 19:9, 119:160,172; Rm 7:12; Jo 7:24).

⁸¹ Deus não deixará nenhum pecado impune (Sl 72:2, 89:14, 98:9). Antes, como todos os homens pecaram, Deus satisfará a sua própria justiça punindo todos os pecadores. No caso dos réprobos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho, eles serão punidos no inferno e receberão, em si mesmos, a justa punição pelos seus próprios pecados (2 Ts 1:8). Em relação aos nós, seus eleitos, que fomos predestinados para termos fé em Jesus, seremos salvos da

condenação pela ira que Jesus recebeu em nosso lugar (Rm 3:25,26). Assim, Deus é, ao mesmo tempo, justo e justificador.

⁸² Ou seja, mais uma vez destacar que a ira ou o ódio em Deus é um movimento da sua mente, não uma emoção solta e volátil. Até mesmo porque Deus não possui emoções. Além disso, vale destacar a diferença entre propiciação e expiação. Enquanto propiciação refere-se a aplacar a ira de Deus, a expiação refere-se a perdoar o pecado dos eleitos. Então, a expiação é o meio da propiciação. Quanto aos réprobos, porém, não há propiciação, mas condenação.

⁸³ Conforme já mencionado no atributo do amor de Deus, nota #163, enquanto a graça possui propósitos salvíficos para os eleitos, a ira visa a condenação dos réprobos (Rm 2:8, 9:18,22,23; Sl 2:12; Jo 3:36; Ef 5:6,7; Cl 3:5,6). Além disso, ninguém pode se vangloriar da sua própria salvação, sendo dom de Deus e não obra humana. Da mesma forma, ninguém pode se desculpar da sua própria condenação, ainda que sem ouvir o evangelho, pois já nascem tolos e maus (Rm 1:18,19). Então, enquanto nós, eleitos, jamais experimentaremos o aspecto colérico da ira de Deus, tendo sido salvos eficazmente, os réprobos receberão a justa punição pelos seus pecados (Rm 5:9; 1 Ts 5:9).

⁸⁴ Esta é a vontade decretiva de Deus, contendo os mistérios que estão ocultos até que Deus revele ou que aconteçam na realidade. Não dá para saber antes de acontecer, caindo em sérios pecados espirituais quem os busca por meios ultrabíblicos. Isso não nega a possibilidade de meios extrabíblicos de orientação, que pode acontecer em casos específicos, jamais como regra. Vide suficiência da Escritura. Ademais, a vontade decretiva se aplica no nível metafísico. É o atributo de Deus que deu origem a todos os decretos ainda na eternidade, como a eleição e a reprobção (Rm 9:16,17).

⁸⁵ Embora Deus tenha uma única vontade, que é a decretiva, não sendo Deus um ser insano com duas vontades diferentes, a mesma

expressão também pode significar outra coisa: vontade preceptiva. Vontade preceptiva remete aos preceitos bíblicos, que são assertivas de definições quanto à ética, o objeto direto da nossa fidelidade que nos capacita para toda boa obra (2 Tm 3:16,17). Trata-se da vontade de Deus que se aplica no nível relacional, relativo às coisas criadas.

Assim, enquanto a vontade decretiva significa a intenção metafísica de Deus sobre todos os eventos da realidade, resultando nos decretos eternos, a vontade preceptiva significa a definição ética sobre o que é certo e errado para nós, seres humanos, resultando na lei moral. Misturar os dois níveis incorreria em falácia categórica. Para saber qual é o sentido utilizado em cada caso específico, deve-se observar o contexto imediato em que a palavra é utilizada.

Em resumo, há dois sentidos diferentes para a mesma palavra (metafísico e relacional), com aplicações também diferentes entre si (decreto e preceito). Não há sobreposição nem contradição entre os diferentes usos da mesma expressão, permanecendo a máxima de que a Bíblia não contém nenhum paradoxo nem mistério. Discordar disso é confuso e blasfemo. Agora, para que haja precisão teológica, de fato é melhor usar termos diferentes para denotar cada uma dessas duas coisas, como “decreto” e “preceito” (Dt 29:29).

Afinal, vale destacar que a vontade preceptiva está contida na Bíblia, que revela diversas outras coisas, não apenas preceitos. Por exemplo, a Bíblia também contém várias doutrinas, que são ensinamentos sistematizados relativos a tópicos específicos, como epistemologia e ética (vimos isso no capítulo 1). Outro exemplo são as predições, que são decretos ou assertivas de intenções registradas sobre o que o próprio Deus fará no futuro, mais do que meras previsões passivas.

⁸⁶ Para obedecermos a Deus, devemos buscar a vontade divina no sentido preceptivo, que são os preceitos revelados na Bíblia. Ou seja, jamais podemos buscar os decretos de Deus, ou a vontade decretiva,

que está oculta a nós até o momento em que efetivamente acontece no mundo real (sendo impossível descobri-la antes disso). Ademais, a vontade decretiva não tem absolutamente nada a ver com algo ser bom ou mal, sendo irrelevante para obedecermos a Deus.

Por exemplo, por mais que não saibamos o decreto de Deus quanto à salvação ou cura de alguém, sabemos o preceito divino de que Deus quer que preguemos e curemos todo mundo. Ou seja, Deus já revelou, na Bíblia, que essas atitudes são necessárias e boas para buscarmos em nosso dia a dia. Significa dizer que a vontade preceptiva, ou o que devemos fazer, não tem relação necessária com a vontade decretiva, ou com o que Deus faz o homem fazer.

Na verdade, quando o assunto é fé e experiência do homem, a linguagem bíblica indica que a capacidade e a habilidade de Deus devem ser utilizadas para garantir tanto a nossa obediência quanto os respectivos resultados e efeitos dela, como a perseverança na fé, na salvação e na cura de alguém. Assim, a soberania de Deus é a razão para o sucesso, não a desculpa para o fracasso.

⁸⁷ Ou seja, enquanto a vontade de Deus é o que determina todos os eventos da realidade, a sua onipotência é o que dá cabo a todos eles. Significa dizer que os atributos da onipotência e da vontade de Deus resultam na soberania de Deus, o que é consiste com a sua unidade. Segue duas conclusões e duas ressalvas a partir da soberania divina.

Primeira conclusão, as criaturas não possuem poder de causação real. Por exemplo, não são as sensações que causam os pensamentos em nossa mente, nem existe algo como livre-arbítrio (Sl 139:16; Dn 4:35; Pv 16:9, 20:24, 21:1; Tg 4:13-15). Sobre as sensações, já vimos no capítulo 1, e sobre o livre-arbítrio, verificar o capítulo 6. Segunda conclusão, o mal no mundo não apenas foi decretado por Deus, como também foi metafisicamente causado por Deus em suas criaturas.

Um adendo: por “mal”, refiro-me ao desvio do bem, devendo o bem primeiro existir para que o mal possa existir. Digo, o mal não é uma ilusão ou algo em si mesmo, como o bem, que existe objetiva e independentemente de algo externo. Nesse sentido, Deus é o autor metafísico do mal, enquanto a criatura é o autor relacional do mal. Como já dito, misturar os dois níveis incorre em falácia categórica.

Seguindo adiante, a primeira ressalva é que Deus causar todas as coisas não significa que as criaturas não possuam propriedades essenciais ou intrínsecas, e sim que, dentre elas, não está o poder de causação real nem de escrever ou prever o futuro. Somente Deus é soberano. Segunda ressalva, que a soberania de Deus não implica no ensino da criação continuada, como se a realidade estivesse sendo criada novamente a cada momento. Isso porque Deus sustenta o que ele já criou, em vez de criar novamente todas as coisas.

⁸⁸ A tradição cristã erroneamente nega que Deus seja o autor do mal, de modo que vale destacar seis pontos a respeito.

1. Deus não decreta contrariamente a algum outro decreto seu, mas apenas que suas criaturas violem seus preceitos. Ou seja, não há contradição;
2. Se Deus não decreta nem causa o mal de forma metafísica, então o mal não poderia existir, pois só Deus é soberano. Lembrar do supralapsarianismo, no qual o decreto da eleição veio primeiro que o do pecado;
3. Deus metafisicamente decretar ou causar o mal em suas criaturas não é o mesmo que cometê-lo, já que isso só é feito pelas criaturas, as únicas responsáveis em todo o processo (embora por causação real e imediata de Deus);
4. Isso não faz de Deus o pecador nem o tentador, uma vez que tudo que ele faz é certo e bom por definição;
5. O mal não é bom (o que seria uma contradição), mas bom é Deus decretar e causar metafisicamente o mal em suas

criaturas; e

6. Deus não se autolimitou em nenhuma lei, como que proibindo a si mesmo de fazê-lo metafisicamente. Antes, a única lei que Deus transgride, neste caso, é a dos homens, o que é irrelevante para Deus, o único soberano sobre tudo e todos. Para o homem, é moralmente errado cometer o mal porque Deus assim o disse em sua lei, de modo que o homem peca à medida que vai de encontro aos preceitos de Deus.

⁸⁹ Por outro lado, os ímpios afirmam que a existência do mal nega que Deus exista ou que Deus seja todo bondoso. Assim, concluem que o “problema do mal” coloca o cristianismo em xeque. Contudo, na verdade isto não representa nenhum problema real para nós.

Primeiro pelos seis pontos elencados na nota anterior, confirmando que Deus ser o autor do mal é exatamente o que a Bíblia ensina. Ou seja, não há, nisso, nenhum problema ou implicação negativa para Deus. Segundo porque os ímpios não conseguem justificar nenhum pensamento, conforme já vimos pelo argumento bíblico (dogmático e pressuposicional). Vide capítulo 1, possibilidade da teologia.

Assim, o argumento contra a fé cristã nunca pode ser formulado de uma forma que seja logicamente inteligível. Se desejamos entender a objeção, então podemos dizer algo a respeito, mas não há, de fato, nenhuma objeção para respondermos de forma alguma. O objetor nunca pode saber o que está realmente perguntando quando levanta o problema do mal, e ninguém pode logicamente entendê-lo. Assim, o problema do mal é derrotado em vários níveis ao mesmo tempo.

⁹⁰ Esses termos são negativos apenas quando aplicados às criaturas. Com efeito, Deus ser absolutamente soberano é fonte de grande conforto e celebração para nós, que o amamos, embora também o seja de grande tropeço aos que detestam as suas regras e honra.

⁹¹ Ou seja, sempre quando falarmos na santidade divina devemos lembrar dos dois atributos que, em conjunto, a significam.

⁹² Agora, devemos ser santos como ele é somente no sentido de perfeição moral, não no de transcendência metafísica, pois isso é impossível a nós, homens. Ou seja, nossa ocupação e o objeto direto da nossa obediência deve ser a lei moral de Deus, resumida no amor a Deus e ao próximo. Vide o atributo do amor de Deus.

Além disso, ver também o atributo da justiça de Deus, pois devemos ser santos como Deus é no mesmo sentido de que devemos ser justos como ele é. Ou seja, que devemos fazer o que Deus define como bom para nós assim como ele faz o que define como bom para ele, e não que devemos fazer o que Deus define como bom para ele.

⁹³ Sobre como nos santificarmos, especificamente quanto aos incrédulos, devemos ter, basicamente, três atitudes.

Primeiro, devemos pregar e ensinar a eles toda a verdade de Deus, pois precisam de Cristo para serem salvos (Mt 28:18-20). Ou seja, é falso dizer que podemos trocar informações com os não-cristãos, pois implicaria que algumas das suas crenças podem ser verdadeiras. Na verdade, não temos nada a aprender com eles, e jamais podemos permitir que pensem que a fé cristã pode ser alterada (2 Co 6:15).

Aprendemos a verdade infalível, exclusiva e autoritária de Deus apenas pela Bíblia. Portanto, devemos permanecer tendo contato com os ímpios somente se eles quiserem aprender e se arrepender dos seus pecados (Mt 7:6, 10:14; At 13:50,51, 13:44-47, 18:6). Isso não é arrogância, mas humildade, pois é o que a Bíblia ensina, não uma invenção pessoal. O oposto é que é arrogância e blasfêmia.

A segunda atitude que devemos ter para com os incrédulos é resistir, confrontar e destruir todas as suas crenças, religiões e filosofias vãs

(2 Co 10:5). Para isso, podemos até mesmo ter relações recreacionais e sociais com eles, inclusive conversas amigáveis, desde que seja para obtermos mais informações e melhorarmos a nossa apologética. E, claro, utilizando os argumentos dogmático e pressuposicional.

Ou seja, devemos contactar os não-cristãos única e exclusivamente para fins espirituais, nunca recreacionais, sociais ou pessoais. Não os respeitamos nem podemos deixar que pensem o oposto, de modo que devemos sempre tomar cuidado para nunca usarmos a nossa missão de cristão como um pretexto para amarmos o mundo.

Por fim, a terceira atitude que devemos ter para com os incrédulos é nos afastar espiritualmente deles (Sl 26:4,5, 101:4,5, 119:15, 141:4,6; Pv 4:15,16, 13:20, 22:25,26; 1 Co 5:6; 2 Co 6:14-18; Ef 5:3,4; 1 Tm 6:20,21; 2 Tm 2:16). Ou seja, devemos ser diferentes dos ímpios em tudo, como em hábitos, palavras e atos. A maldade e tolice deles pode nos corromper profundamente (Jd 1:23; 1 Jo 5:19; 1 Co 15:33).

Portanto, ser amigo de não-cristãos implica em ser inimigo de Deus, principalmente em se tratando de uma amizade íntima (Tg 4:4). Por outro lado, ainda devemos contactá-los fisicamente, sendo sal e luz do mundo por um discurso e conduta santos, conforme vimos nos dois pontos anteriormente (Jo 17:11,13,15; 1 Co 5:10; Mt 5:13-16).

⁹⁴ Quanto a Jesus, a relação dele para com os incrédulos sempre foi unilateral: ele refutava, pregava e lhes ensinava a verdade, jamais aprendia. Isto é, assim como Jesus não tinha nada a aprender com o diabo, assim também não temos nada a aprender com os incrédulos (2 Co 6:15). Jesus nunca esteve no mundo para aprender dele, mas para revelar a sua própria glória, que sempre foi o seu propósito principal e supremo (Lc 7:37-39,48,50, 19:5,7,9,10; Jo 2:11).

⁹⁵ Quanto aos nossos irmãos na fé, é claro que podemos (e devemos) nos relacionar com eles de forma íntima e amigável, compartilhando

mutuamente os nossos dons espirituais. No entanto, o objetivo desse relacionamento ainda é espiritual (Dt 6:6- 9; Sl 119:63,79, 141:5; Pv 13:20; Ml 3:16-18; At 2:42, 11:23; 1 Co 14: 26; Ef 4:29, 5:19,20; Gl 6:9,10; 1 Ts 5:11; Hb 3:13, 10:24; 1 Jo 1:3).

⁹⁶ Deus criou todas as coisas visíveis e invisíveis (Sl 33:6; Is 44:24; Jr 27:5, 32:17; Jo 1:3; Cl 1:16; Hb 11:3; Ap 4: 11). Deus também sustenta todas as coisas visíveis e invisíveis (At 17:28; Gn 50:20; Jó 12:23-25, 14:5, 36:32, 37:15,17, 42:2; Sl 22:28, 47:8, 75:6,7, 104:14, 139:15,16, 147:8,9; Jr 10: 13, 27:6,7; Dn 2:21, 4:17; Mt 6:26; At 14:17, 17:25,26; Fp 2:13). No conselho da Trindade quanto à criação e à sustentação, ficou acordado que o Pai ordena e o Filho executa (e o Espírito Santo capacita homens a cumprirem missões específicas, eleitos ou não). Na salvação ocorre algo parecido, onde o Pai escolhe, o Filho resgata e o Espírito aplica a salvação apenas aos eleitos.

⁹⁷ Deus criou todas as coisas visíveis em seis dias. Nos três primeiros dias, criou os ambientes. E nos outros três dias, preencheu os ambientes com animais e coisas. No sétimo dia, Deus descansou. A seguir veremos mais detalhes do que foi feito em cada dia.

1. No primeiro dia Deus criou os céus (água), a terra e a luz, chamando a luz de dia e as trevas de noite (Gn 1:1-5);
2. No segundo dia Deus criou o firmamento (ar / atmosfera / domo), separando as águas acima e abaixo do firmamento (abaixo ficou misturado água com terra) e renomeando os céus, que antes era água agora é ar (Gn 1:6-8);
3. No terceiro dia Deus separou a água da terra abaixo do firmamento, fazendo surgir os rios e mares (readaptando as águas) e a porção seca (readaptando a terra). E Deus também mandou a terra produzir relva, ervas e árvores, com o sistema de multiplicação pelas respectivas sementes (Gn 1:9-13);
4. No quarto dia Deus criou nos céus os luminares/estrelas, o maior para governar o dia (sol, readaptando o dia) e o menor

para governar a noite (lua, readaptando a noite). Os luminares servem para sinais, estações, dias e anos (Gn 1:14-19);

5. No quinto dia Deus criou nas águas (mares e rios) os peixes e nos céus (atmosfera) as aves, abençoando para serem fecundos e se multiplicarem (Gn 1:20-23);
6. No sexto dia Deus criou, na terra, os animais domésticos, répteis, animais selváticos e o homem como sua coroa, abençoando a todos para serem fecundos e se multiplicarem. E ao homem, em particular, para que governe e domine toda a criação, definindo também as ervas e frutas como alimento para homens e animais (Gn 1:24-31); e
7. No sétimo e último dia Deus descansou e abençoou o dia para descanso de homens e animais (Gn 2:1-3).

⁹⁸ O universo surgiu e hoje existe apenas pela mente divina, não por si só nem por leis ou forças impessoais, como astrologia e carma. A criação não é autônoma nem livre do seu criador, em nenhum sentido e em nenhum grau. Isso é perturbador para muitos, inclusive que se dizem cristãos. Ou seja, querendo preservar os sentidos de liberdade e dignidade, muitas pessoas os entesouram acima da verdade e da honra de Deus. Contudo, buscar liberdade à parte de Deus é pecaminoso, e cristãos genuínos devem se alegrar por Deus dirigir tudo de forma soberana (Is 22:22; Sl 96:10).

Assim, concluímos que o DETERMINISMO é o ensino bíblico, visto que tudo já está determinado por Deus (Is 14:27, 46:10; Dn 4:35; Atos 4:27,28). Por outro lado, o FATALISMO é falso, pois ensina que tudo já está predestinado por leis impessoais, não por Deus, e que isso independe dos meios. Para tais pessoas, não importa o que aconteça, o resultado será inevitavelmente alcançado. Além disso, o determinismo não implica na heresia do PANTEÍSMO, já que a soberania absoluta de Deus não o assemelha aos objetos criados e sustentados. Por fim, o DUALISMO também é falso, atribuindo à

criação aquilo que é só de Deus, a saber, poder de causação real.

⁹⁹ A providência geral ou ordinária remete à causação regular dos eventos por Deus, como as ações e os pensamentos dos homens. Por outro lado, a providência especial ou extraordinária alude à causação irregular dos eventos por Deus, como as intervenções divinas em sinais, milagres e maravilhas (Ex 15:11; Jó 9:19; Sl 86:10, 136:3,4). Ou seja, é quando ele faz coisas singulares e especiais, algo particularmente evidente que se desvia do padrão usual.

Deus já agiu de forma especial mediante Jesus e seus discípulos, e hoje pode fazer por qualquer cristão que tiver fé (Lc 13:32, 23:8; At 2:22; Jo 21:25; Mc 16:17,18,20; At 2:43, 5:12, 14:13, 19:11,12; Rm 15:18,19; 1 Co 12:7-11; 2 Co 2:12; Hb 2:3,4). Agora, não nos esqueçamos de que Deus está envolvido não apenas nestes eventos extraordinários, como muitos pensam, mas também nos eventos da providência geral. Sem Deus, nada existiria nem continuaria existindo, visto que ele é a única fonte de poder que facilita todas as coisas em todas as situações, como na relação entre corpo e mente.